

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

JESSICA BARONE

**LIVROS DIDÁTICOS DE MATEMÁTICA DA EDITORA FTD NO
CENÁRIO BRASILEIRO: AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Campinas

2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



115007671

FE

T/UNICAMP B268L

LIVROS DIDÁTICOS DE MATEMÁTICA DA EDITORA FTD NO CENÁRIO
BRASILEIRO: AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Autor: Jessica Barone
Orientadora: Maria Ângela Miorim

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Jessica Barone e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 25/02/2008

Assinatura: Maria Ângela Miorim
Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

Profª Drª Maria Ângela Miorim

Profº Drº Antônio Miguel

Profº Drº Antonio Henrique Pinto

2008

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Barone, Jessica.
B268L Livros didáticos de matemática da editora FTD no cenário brasileiro: as primeiras décadas do século XX" / Jessica Barone. – Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador : Maria Ângela Miorim.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Editora FTD – História. 2. Editoras particulares – História. 3. Irmãos Maristas – Brasil – História. 4. Livros didáticos. 5. Matemática. 6. Mercado editorial. I. Miorim, Maria Ângela. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

08-017/BFE

Título em inglês : Text Books, the publisher FTD mathematical scenario in Brazil: the first decades of the twentieth century

Keywords: Publishing company FTD - History ; Editors individuals – History ; Irmãos Maristas - Brazil – History ; Text Books ; Mathematics ; Market Editorial.

Área de concentração: Educação Matemática

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Prof^a. Dr^a. Maria Ângela Miorim (Orientadora)

Prof. Dr. Antonio Miguel

Prof. Dr. Antonio Henrique Pinto

Data da defesa: 25/02/2008

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : kbarone18@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo específico descrever e analisar, através da História da Educação Matemática, do Livro no Brasil e da História Geral da Educação, como os livros didáticos de matemática, em sua materialidade, especialmente os da editora FTD, se enquadram no contexto editorial e cultural desse período e como essa relação se estabeleceu economicamente, politicamente e socialmente, através de uma comunidade religiosa católica: a Sociedade dos Irmãos Maristas. Este estudo vai desde o estabelecimento da editora no Brasil em 1902 até o ano de 1930, quando entra em vigor a Reforma Francisco Campos, época em que as mudanças educacionais atingem proporções maiores e provocam mudanças observáveis nos livros didáticos.

Palavras-chaves: Congregação Marista, editora FTD, livro didático, matemática, mercado editorial.

ABSTRACT

The present study historical research has as specific objective to describe and to analyze through the History of the Mathematical Education, the history of text books in Brazil and the General History of the Education, how text books of mathematics, in its materiality, especially of publishing company FTD, fit in the publishing and cultural context of this period and how this relation established economically, politically and socially, through a religious community catholic: the Society of the Maristas Brothers. This study goes since the establishment of the publishing company in Brazil in 1902 until the year of 1930 when the Reformation enters in vigor Francisco Fields, time where the educational changes reach bigger ratios and provoke changes you observed in didactic books.

Key – words: Marista congregation, FTD editor, didactic book, mathematics, editorial market.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A COMUNIDADE DOS PEQUENOS IRMÃOS DE MARIA	
1. A Congregação Marista na França	10
2. A Congregação Marista no Brasil	17
CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS EDUCATIVOS DA CONGREGAÇÃO MARISTA	
1. Princípios educativos de Marcelino Champagnat	27
2. Implantação dos princípios educacionais maristas nas escolas brasileiras	34
CAPÍTULO III – PRÁTICAS EDITORIAIS DA FTD E SUA COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE MATEMÁTICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
1. Práticas editoriais brasileiras da FTD	44
1.1 Impressão e distribuição	44
1.2 Divulgação e autoria	58
2. Os livros didáticos de matemática da editora FTD	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
Livros Didáticos	90

SUMÁRIO DE QUADROS E FIGURAS

QUADROS

QUADRO 1- Número de instituições escolares católicas instaladas entre 1890 e 1930	23
QUADRO 2 - Evolução dos eixos da proposta educativa marista	31
QUADRO 3 – Relação de livros de matemática impressos na Europa e no Brasil	49
QUADRO 4- Títulos lançados pela Livraria Francisco Alves de 1860 a 1950	52
QUADRO 5 – Autor dos livros didáticos de matemática da FTD	63

FIGURAS

FIGURA 1 – Capa do livro Elementos de Arithmetica de 1910 e sobrecapa do livro Exercícios de Calculo e Problemas sobre as Quatro Operações Fundamentais de 1916	55
FIGURA 2 – Capa do Primeiro Livrinho de Calculo de 1924 e Elementos de Aritmética de 1937	57
FIGURA 3 –Capa do Livro Noções de Álgebra de 1924	59
FIGURA 4 – Últimas páginas do livro Noções de Álgebra de 1924	60
FIGURA 5 – Coleção de Livros Clássicos FTD até 1917	70
FIGURA 6 – Capa de Geometria Elementar – 1910	77
FIGURA 7 – Capa de Geometria Elementar – 1920	78
FIGURA 8 - Exemplos de problemas retirados dos livros de matemática da editora FTD do início do século XX	80

INTRODUÇÃO

O caminho percorrido, durante a busca de um tema que fosse não só interessante, mas pertinente aos estudos em Educação Matemática, levou-nos à escolha de trabalhar com a história dos livros didáticos de matemática. A circulação diária de milhões de livros didáticos pelas mãos de professores e alunos mostra que mesmo com ressalvas e em meio a práticas alternativas de trabalho com outros materiais didáticos, este tem sido o instrumento pedagógico de maior utilização no cotidiano escolar.

A escolha em se trabalhar com a história dos livros didáticos de matemática deveu-se principalmente ao fato de serem ainda poucos os trabalhos acadêmicos sobre este importante instrumento da educação, que foi de certa forma negligenciado durante um bom tempo ao ser considerado como produção cultural secundária, visto que as pesquisas com livros didáticos se referem principalmente às últimas décadas do século XX.

Bittencourt (1993) era enfática ao afirmar que no Brasil existiam poucos estudos sobre a história do livro didático, sendo que quando estes trabalhos apareciam serviam apenas de introduções a outros temas ou surgiam como fonte de estudos da evolução de conceitos em trabalhos sobre a história de uma determinada disciplina.

Atualmente, no entanto, este quadro parece estar se alterando. Os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá Choppin (2004). A história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em um número cada vez maior de países.

Analisando-se a cultura escolar constata-se que os livros didáticos são a principal fonte de informação impressa utilizada por parte significativa de alunos e professores e que sua utilização intensiva ocorre quanto mais os docentes e discentes têm menor acesso aos bens econômicos e culturais, fazendo deste um material cultural riquíssimo em informações, representando para os historiadores uma fonte privilegiada de pesquisa, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura, à linguagem, ao processo editorial e sua materialidade ou às técnicas de impressão.

A presença em escala mundial desse tipo de publicação mostra o peso considerável que o setor escolar assume na economia editorial. No Brasil, por exemplo, os livros didáticos representavam, no início do século XX, aproximadamente dois terços dos livros publicados e, em levantamento de 1996, representavam ainda 61% das publicações. Atualmente, é possível mostrar a importância do Estado como agente de controle e maior consumidor dessa produção. A comercialização do livro didático sempre esteve dependente do Estado, quer pelo seu poder de aprovação quer como comprador, condição que conduziu os editores a estratégias diversas de aproximação com o poder educacional constituído¹.

Para entender um pouco mais esse contexto editorial em relação aos livros didáticos de matemática, escolhemos para nosso trabalho os livros didáticos brasileiros da editora FTD do início do século XX, desde seu estabelecimento no Brasil em 1902 até o ano de 1930. Essa editora contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento dos livros didáticos brasileiros, especificamente os de matemática em nosso país, apresentando características diferenciadas em relação a outras editoras do mesmo período, que justificam um estudo mais detalhado de seus livros e uma análise de como essa ela se enquadrava no mercado editorial do período em questão.

Este trabalho tem como objetivo específico descrever e analisar, através da História da Educação Matemática, do Livro no Brasil e da História Geral da Educação, como os livros didáticos de matemática em sua materialidade, especialmente os da editora FTD, se enquadram no contexto editorial e cultural desse período e como essa relação se estabeleceu economicamente, politicamente e socialmente, através de uma comunidade religiosa católica: a Sociedade dos Irmãos Maristas.

O foco deste trabalho limita-se ao período de 1902 a 1930, pois foi em 1902 que a referida editora se estabeleceu no Brasil, assim como, foi nesse mesmo período, que devido a mudanças sociais, como o fim da escravidão e o surgimento de novas necessidades em relação à educação, que até então era exclusividade de nobres e clérigos, se inicia no Brasil um debate entre os escritores nacionais, professores e outros intelectuais brasileiros sobre a

¹ Ver Choppin (2004, p.551)

necessidade de nacionalizar a editoração, como também desvincular a influência européia da cultura brasileira.

Deve-se lembrar, também, que nesse período há forte prevalência do livro didático estrangeiro. Surgem então críticas a esses livros e, a partir desse momento, deu-se início a um redirecionamento do mercado editorial brasileiro, tendo como princípios que os livros fossem escritos por brasileiros e que representassem em suas páginas a cultura brasileira. Essas propostas de “nacionalização” coincidem ao mesmo tempo com o crescimento da rede escolar brasileira, ocasionada, em grande parte, pelas mudanças surgidas com a urbanização, com a imigração, com o esfacelamento do trabalho escravo e pela modernização tecnológica nos meios de comunicação.

O período de análise do trabalho encerra-se no ano de 1930 por razões políticas e políticas educacionais porque foi durante a década de 30 que ocorreram mudanças sócio-político-econômicas importantes, que provocaram inúmeras transformações no cenário educacional brasileiro, e contribuíram para alterações significativas no ensino da matemática. Durante essa década surgiram muitas discussões e propostas quanto ao currículo seguido pelas escolas, o que desencadeou mudanças significativas nos livros didáticos. Nesse mesmo período, nesse cenário, entra em vigor a Reforma Francisco Campos², época em que as mudanças educacionais atingem maiores proporções e conseqüentemente as transformações nos livros didáticos apresentam mudanças observáveis com relação aos existentes até então.

Durante o início do século XX, período de expressivo crescimento do mercado editorial brasileiro, impulsionado pelas mudanças sociais e pelo processo de “nacionalização” dos livros didáticos brasileiros, a Editora FTD se consolida fazendo parte desse processo de nacionalização editorial por qual passou o Brasil nesse período.

Entretanto, este não foi o único fator decisivo para a escolha dessa editora como fonte de estudos para este trabalho. Nos levantamentos preliminares para a elaboração do projeto de pesquisa constatou-se que a referida editora apresentava diferenciais em seus

² Assim chamada a primeira Reforma Educacional de caráter nacional, realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Essa reforma, de 1931, foi marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”.

processos de editoração de seus livros didáticos, como também na sua consolidação como editora oficial, responsável pela publicação, impressão e divulgação, no início do século XX.

Esses diferenciais da Editora FTD e as características da coleção FTD de matemática apontaram para dois aspectos que poderiam ser explorados pela investigação: o estudo histórico do processo de editoração da FTD no início do século XX e a materialidade dos livros didáticos de matemática publicados por essa editora, o que tornou a pesquisa mais relevante.

A metodologia utilizada para o alcance dos objetivos propostos compreendeu ampla pesquisa bibliográfica. Tarefa que não foi das mais fáceis, visto que trabalhos e pesquisas sobre a História do Livro em geral e principalmente sobre a História dos Livros Didáticos são escassos. Contudo, os trabalhos de Halewell (2005), Bittencourt (1993), Valente (1997), Choppin (2004) e Chartier (1970) não podem ser desconsiderados, pois além de servirem como base para este trabalho ainda levaram ao conhecimento de outros autores e de novas idéias.

O estudo aqui apresentado trata o livro didático como objeto cultural, assim como o fazem Bittencourt (1993), Valente (1997), Choppin (2004) e Chartier (1970) que o inserem como parte da história cultural. Como objeto cultural devemos levar em conta que este tipo de livro permite compreender como se constrói determinado pensamento pedagógico num determinado contexto social, político e econômico de uma determinada época. Permite ainda reconhecer parte das novas ou enraizadas práticas docentes. Conduz-nos também para a análise das políticas governamentais, das políticas pedagógicas e editoriais e das relações com o público para as quais se destinam.

O livro didático está considerado aqui como um objeto cultural complexo, assim como o fizeram Chartier (1970) e Choppin (2004), situando-o no cruzamento da cultura com a pedagogia, com a produção editorial e com os objetivos da sociedade. Não se desconsidera que o livro didático está submetido a uma série de determinações específicas: ele é tributário de um contexto político, demográfico, regulador, financeiro, econômico, tecnológico, pedagógico, etc. que condiciona sua existência, sua estrutura, seu desenvolvimento e a própria natureza de suas produções.

Nosso estudo abordará o livro didático em sua materialidade, visto que estamos trabalhando com uma editora que é responsável pelo processo de fabricação e suas formas de divulgação. Nesse sentido, o livro estará sendo tratado, o objeto cultural em sua materialidade, levando-se em consideração as questões de validação, das redes editoriais, das identidades profissionais dos produtores de manuais escolares, das características gráficas e outros problemas de interesse quanto ao livro escolar como produto de uma indústria cultural.

Para tanto, as reflexões do trabalho de Chartier (1970) sobre a relação entre autores e editores foi relevante. Esse autor acredita ser fundamental distinguir o texto manuscrito e o impresso entre o trabalho de escrita realizado pelo autor e o da fabricação do livro com a interferência do editor. Estas reflexões tornaram-se base para compreender o livro na análise de seu formato tipográfico, capa, paginação, nas relações entre signos e imagens e concretudes que direcionam o leitor em sua apropriação da palavra escrita e os elementos que decidem seu consumo.

Apesar da sua importância como objeto cultural, não podemos deixar de ressaltar, assim como já mencionado por Choppin (2004.), que por fazer parte de um processo editorial, o livro didático é uma mercadoria e, como tal, é dependente das condições materiais, econômicas e técnicas de uma determinada época, no contexto de uma determinada sociedade. Como mercadoria é dependente também do mercado que a acolhe e para o qual se destina e é subordinado, de um lado pelas relações que a indústria livreira em geral estabelece com seu mercado, particularmente, com o que esse mercado oferece para a colocação e a circulação da produção editorial. Por outro lado, é também subordinado àquela instituição que constitui seu mercado consumidor por excelência, como a escola e ao estado do desenvolvimento histórico dos sistemas de ensino – da oferta de matrícula, das populações discentes e docentes e de suas relações com a escola e a cultura, da estrutura curricular e das disciplinas às quais está ligada.

Mesmo estando inserido no mercado capitalista como uma mercadoria e como um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencente aos interesses do mercado, o livro didático é também um depositário dos diversos conteúdos educacionais e suporte privilegiado para se recuperar os

conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em uma determinada época. O livro didático deve ser considerado como um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura e assim inserido no campo da história cultural.

Com a preocupação de alcançar uma análise mais ampla do significado do livro didático procuramos situá-lo no contexto da história do livro. Nesse caso, podemos destacar nos estudos brasileiros sobre esse tema a obra de Hallewell (2005). Sua obra “O Livro no Brasil”, publicada em 2005, resgatou a história da vida dos editores e suas produções. De forma significativa este livro apresenta, em vários momentos, o livro didático, sendo possível visualizar a importância do material no conjunto editorial, desde os primórdios da imprensa nacional.

Nem todos os trabalhos aqui analisados sobre a história do livro, apresentam em seus conteúdos o livro didático, sendo que em muitos a ele se referem em pequenos tópicos sem o aprofundamento do assunto. Exceção feita à tese de Bittencourt (1993) que apresenta maior contribuição, somando ao tema do livro didático e sua história, os problemas do saber escolar. Foi a primeira leitura que descreve com detalhes a reconstituição da produção e circulação de livros didáticos no Brasil ao longo do século XIX, levando em consideração as suas especificidades e inserido na história cultural.

Da leitura de novas bibliografias, tais como Megale (2003), Adorátor (2005) e Azzi (1997), e a busca de fontes que elucidasse nossas indagações sobre a editora, nos deparamos com a existência da congregação religiosa francesa responsável pela elaboração da coleção FTD: a chamada Congregação dos Irmãos Maristas. Percebemos que para estudar a referida editora necessitaríamos entender não só suas práticas editoriais, mas também e principalmente a história dessa congregação que se assentava em princípios religiosos e educacionais que se refletiam na elaboração de seus livros.

Algumas questões sobre essa congregação precisavam ser respondidas e esclarecidas e, para isso, precisávamos recorrer a bibliografias que contassem não só a história dessa congregação, como também a história das congregações religiosas estrangeiras que vieram ao Brasil no mesmo período em que a congregação marista e que se dedicaram principalmente ao setor educacional. Por que essas congregações, em

especial a marista, se dedicaram tão intensamente a este setor? Quais foram os motivos norteadores de sua vinda ao Brasil? Como suas escolas se adaptaram à cultura brasileira? Que princípios educacionais seguiam? Por que havia a necessidade de elaborar seus próprios livros didáticos? De que forma esses princípios teriam definido a elaboração da coleção FTD?

São essas perguntas que se pretende responder neste trabalho. E na busca destas respostas recorreremos a três principais autores que enfatizam a história da congregação marista: Azzi (1997), que mesmo dando enfoque na congregação marista, faz referências a outras congregações mostrando sua importância na educação católica no Brasil no final do século XIX até meados do século XX; Adorátor (2005) que escreveu um livro na forma de um diário, no qual descreve os problemas e alegrias encontrados pelos irmãos maristas desde sua chegada ao Brasil em 1897 até 1917 e Cotta (1996) que nos forneceu informações importantes sobre os princípios educacionais do fundador da congregação: o irmão Marcelino Champagnat.

Na busca incessante de referências bibliográficas e de novas fontes que pudessem ajudar a responder às nossas indagações, não poderia deixar de mencionar e enfatizar a preciosa contribuição da minha orientadora Maria Ângela Miorim que com sua sabedoria e conhecimento não poupou esforços para encontrar literatura e textos pertinentes ao nosso trabalho. Além disso, ainda me disponibilizou textos que me motivaram a leitura e a escrita, e estes se mostraram fundamentais para o alcance dos objetivos e redação deste trabalho e do meu próprio crescimento pessoal.

A busca pelos livros didáticos de matemática da editora FTD do período de estudo deste trabalho foi ainda mais árdua. Além da dificuldade em localizá-los, estes se encontram em péssimo estado, muitas vezes abandonados por serem velhos e não valorizados por aqueles que os possuem. Essa busca foi realizada na Faculdade de Educação e no Instituto de Matemática da USP; na Faculdade de Educação – CEMPEM e biblioteca – da Unicamp; no Instituto de Ciências Exatas da PUCCAMP; nas Escolas da Congregação; no Arquidiocesano em São Paulo e no Colégio Marista de Santos; no Centro de Estudos Maristas (CEM) de Belo Horizonte; na biblioteca da Editora FTD e nos sebos que tive contato. A todos a minha gratidão pela atenção e apreço.

A maior dificuldade, entretanto, foi acessar os documentos da editora, pois sendo esta uma empresa privada, limitou o acesso ao material de seus arquivos. Apesar de ter visitado a biblioteca da editora e ter tido contato com documentos como catálogos, livros didáticos e fotos, que poderiam ajudar na pesquisa, não nos foi permitida a cópia desses documentos e nem mesmo a tomada de anotações. Dessa maneira, só pude olhá-los e memorizar o máximo de informações. A posse temporária desse material poderia contribuir para uma análise cuidadosa e um maior enriquecimento deste trabalho. O acesso restrito aos documentos originais da própria editora, porém, não prejudicou a qualidade e profundidade deste trabalho, pois utilizamos como fonte principal a Coleção de Livros Didáticos de Matemática da FTD encontrados em alguns catálogos e informações em livros, teses ou dissertações que trabalham com a História do Livro Didático e que de alguma maneira citam a Editora FTD.

Outra tentativa de busca por materiais foi nas escolas da congregação. Foram visitadas duas escolas: O Arquidiocesano na Cidade de São Paulo e o Colégio Marista de Santos. Contudo, as escolas não se preocuparam em preservar sua história, pois apenas alguns livros literalmente jogados na biblioteca foram disponibilizados. Algumas freiras das escolas disseram que muitos livros foram recolhidos pela editora e outros foram jogados fora devido à falta de espaço nas bibliotecas que deveriam ser tomadas por livros novos de maior utilidade para os seus alunos.

A bibliotecária dos arquivos da FTD disse, em conversa informal, que a editora andou recolhendo livros das escolas da congregação para a elaboração do livro de comemoração dos cem anos da editora intitulado “FTD 100 anos fazendo o amanhã”. Este livro me foi gentilmente presenteado e à minha orientadora, servindo de fonte inicial para a busca de novas informações sobre a Congregação Marista e da Editora FTD.

A maior contribuição em termos de material e informações foi no Centro de Estudos Marista (CEM) localizado em Belo Horizonte, onde estive em visita nas férias de julho de 2007. Foi lá que tive contato com o original em francês do livro “Vinte Anos de Brasil”, além de fotos e alguns materiais sobre a congregação. Lá existe uma espécie de museu sobre a história da congregação, mas poucas são as informações sobre a Editora FTD.

Um fato de suma importância, que de certa forma nos causa tristeza, foi ver que os livros que contam a história da congregação, tanto na própria congregação como nas escolas e instituições pertencentes à congregação marista da editora FTD foram totalmente negligenciados, além de fisicamente, seus conteúdos terem sido pouco utilizados, pois são tratados às vezes em poucas páginas nos livros. Nas escolas, então, são esquecidos e os livros pertencentes a elas são simplesmente jogados fora como se não fizessem parte da história da congregação.

Mesmo com enormes dificuldades na obtenção de informações e dados para a pesquisa, e tendo passado por momentos de angústia, tudo isso foi superado, pois pude contar com a ajuda de minha orientadora e de meus pais que sempre me incentivaram e fizeram com que mais esta fase de minha vida acadêmica fosse concretizada.

Para alcançar os objetivos deste trabalho o desenvolvemos em três capítulos. No primeiro capítulo, é mostrado um breve resgate histórico sobre a constituição da Comunidade dos Irmãos Maristas, tanto na França quanto no Brasil, buscando explicitar os motivos que teriam levado essa comunidade a se dedicar tanto à educação quanto à elaboração de livros didáticos que levariam à criação da editora FTD.

No segundo capítulo trabalhamos os princípios educacionais dessa congregação, tentando dessa forma esclarecer as tendências editoriais de sua coleção de livros didáticos de matemática.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo das práticas editoriais da FTD, para isso utilizamos os livros da área de matemática, sendo esta nossa formação e prática docente.

Espera-se que as análises e conclusões ora apresentadas neste trabalho contribuam para as novas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas por estudiosos e acadêmicos sobre a História dos Livros Didáticos no Brasil e possam estimular o desenvolvimento de novos conhecimentos, principalmente àqueles que têm como foco os processos editoriais brasileiros e como área de estudo específica a História da Educação Matemática.

CAPÍTULO I

A COMUNIDADE DOS PEQUENOS IRMÃOS DE MARIA

1. A Congregação Marista na França

A história editorial da Editora FTD confunde-se com a história da congregação religiosa francesa denominada Congregação Marista, abreviação de Congregação dos Pequenos Irmãos de Maria, fundada por Marcelino Champagnat, em 1817, na cidade de La Valla.

A congregação Marista surge na França em um contexto social e político do início do período da Restauração (1815-1830) da monarquia dos Bourbon. Ao assumir o trono, em 1815, Luís XVIII busca restaurar o antigo regime, interrompido pela Revolução Francesa (1789 – 1799) e pelo império de Napoleão Bonaparte, embora ceda a algumas pressões dos liberais, dentre as quais a igualdade perante a lei e a liberdade de culto.

A França, que antes do período revolucionário se caracterizava como uma nação católica, constituída por três classes sociais: a nobreza, o clero e a burguesia e os trabalhadores urbanos ou campesinos, sofreu grandes transformações a partir do final do século XVIII. A tradição católica entra em choque com as novas idéias iluministas. A luta contra a tradição, a valorização da ciência, da industrialização, especialmente por parte da burguesia triunfante, desembocaria numa França positivista³ no século XIX, o que não agradava os membros da Igreja, que viam nestes ideais, dificuldades para a expansão de suas escolas católicas e para seus projetos de catequização.

Ao abolir a servidão e os direitos feudais, a Revolução inicia um processo de construção de um novo cenário socio-político-econômico francês. Neste novo cenário, a

³ Positivismo: filosofia baseada nas idéias do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857) que atribuía à ciência (conhecimento experimental, positivo) função essencial no desenvolvimento da humanidade. Na política, os positivistas combatiam a monarquia e defendiam um governo forte, e, segundo alguns, uma “verdadeira ditadura republicana”.

nova classe social emergente reivindica os mesmos direitos do clero e da nobreza. Dentre esses direitos estaria o direito à educação. Essa educação, no entanto, teria características diferentes da até então vigente, devendo estar voltada às questões práticas, leiga e de responsabilidade do Estado. Vários projetos de educação pública foram elaborados, embora poucos foram concretizados. O ensino universal, gratuito e obrigatório, rigorosamente independente da religião e da política, e idêntico para os dois sexos, aguardaria ainda algum tempo para ser implantado.

A Igreja, por outro lado, lutava para manter a sua posição privilegiada dentro dos governos, rejeitando as propostas da revolução e defendendo a tradição. Em sua luta, a Igreja Católica contava com o apoio da nobreza. Contra o ensino público, ela buscava garantir que as escolas católicas continuassem a educar a elite dominante que as consideravam de excelência para seus filhos. Além disso, a elite dominante apresentava argumentos contra o ensino universal, alegando que ensinar operários e camponeses a ler seria um modo de desviá-los das tarefas que a natureza e a ordem social haviam determinado para eles. Argumentava que de nada lhes serviria a instrução, pois as tarefas a que a eles estavam determinadas não exigiam tais ensinamentos. Tentava, dessa forma, demonstrar que a educação não seria adequada para todos e que existem tarefas para as quais ela não é necessária, buscando manter um controle sobre quem deveria e quem poderia estudar.

Durante o século XIX, até as primeiras décadas do século XX, a Igreja passaria por um movimento de reestruturação, denominado por alguns autores como o *processo de romanização da Igreja Católica*. Nesse processo, que associava mudanças de natureza organizacional a *novas formas de divulgação e expansão da mensagem religiosa*, a Igreja busca a *formação e consolidação de uma identidade própria em um mundo em constante transformação* (PRATA, 2002, p.90-1).

Para alcançar seus objetivos, a Igreja via na Educação, em particular da *pequena burguesia e das classes emergentes*, um espaço privilegiado para construir *uma nova identidade no mundo moderno, ao mesmo tempo em que contribuía para a formação de elites dirigentes, de preferência devotadas aos seus objetivos* (PRATA, 2002, 97-8).

É nesse contexto que congregações religiosas dedicadas ao ensino, para meninos e meninas, se multiplicam e *se espalham por toda a Europa ao longo do século XIX e posteriormente para o continente americano* (PRATA, 2002, p. 97).

A Igreja Católica amplia, assim, a sua missão educadora e civilizadora, por meio da criação e revitalização de diversos centros educativos destinados especificamente a oferecer educação católica.

A obra abrangia todos os níveis e tipos: escolas primárias e normais, colégios de ensino secundário e de artes e ofícios, universidades, institutos para educação de adultos e de surdos-mudos e cegos etc. Os criadores destas instituições entenderam que era preciso lutar a favor do ensino católico, em todas as frentes (LARROYO, 1974, tomo II, p.605).

Novas ordens e congregações⁴ seriam criadas na França nesse período. Entre as novas congregações estavam: a dos Irmãos do Sagrado Coração de Jesus, fundada em 1821 pelo padre André Coindre; a dos Irmãos da Santa Cruz, fundada em 1821, pelo Abade Dujarrié; a das Filhas de Maria d’Agen e a dos Irmãos da Sociedade de Maria ou marianistas, fundadas pelo padre G. J. Chaminade, respectivamente em 1816 e 1817. Em Lyon, os Irmãos das Escolas Cristãs também ressurgiram com renovada vitalidade.

Outra Congregação que surge neste contexto de reação da Igreja Católica, em 1817, é a Congregação dos irmãos Maristas ou Congregação dos Pequenos Irmãos (ou Irmãozinhos) de Maria, fundada pelo Padre José Bento Marcelino Champagnat (1789-1840). Essa Congregação tinha como maior objetivo levar o hoje chamado ensino fundamental às crianças e jovens camponeses do interior da França.

A primeira escola marista francesa foi fundada em novembro de 1818, em La Valla, por Marcelino Champagnat. Nesta escola, reuniu *alguns jovens, formou-os às práticas*

⁴ Em sentido eclesiástico, a Congregação se distinguia da ordem. Aquela era formada por religiosos que faziam *votos simples*; esta, por religiosos que, pelo menos alguns de seus membros, formulavam “*votos solenes*” (LARROYO, 1974, tomo II, p.605, grifos do autor).

religiosas e ao ensino e lhes confiou a direção de várias escolas (Riboulet, 1951, p.622). Em 1830, Champagnat é nomeado pelo arcebispo de Lyon como superior dos padres e irmãos maristas da diocese. No ano seguinte, as escolas maristas, *entre povoações, experiências e dificuldades*, começaram a se expandir pela França (Riboulet, 1951, p.622). Em 1840, a Congregação Marista contava com *280 membros trabalhando em 48 escolas, com um total de 7000 alunos* (Megale, 2003, p.25). Neste mesmo ano, com apenas 51 anos, o padre Marcelino faleceu, deixando uma instituição já consolidada. Seus sucessores na direção da congregação foram os irmãos Francisco e Luís Maria.

Em 1842, a Congregação da Instrução Cristã, fundada em 1823 pelo padre Fièrè, vigário geral de Valence foi agregada à Congregação Marista. O mesmo aconteceu, em 1844, com a Congregação dos Irmãos de Viviers, outro instituto dedicado à educação. A 20 de junho de 1851, o governo francês reconheceu oficialmente o instituto para as finalidades legais de ensino.

Como forma de homogeneizar o ensino, em 1852, a Congregação Marista orientada por manuscritos deixados por Champagnat, produziu três documentos básicos que deveriam ser seguidos em todas as suas escolas: Regras Comuns, Regras de Governo e Guia das Escolas.

O Guia das Escolas (*Guide des Écoles*) foi inspirado em um texto de mesmo título, elaborado, em 1720, por João Batista de la Salle, fundador da Sociedade dos Irmãos das Escolas Cristãs, que apresenta orientações sobre a formação de professores e a educação dos alunos. O Guia das Escolas Cristãs, bem como o das Escolas Maristas, surgiu da necessidade de se uniformizar as práticas de suas escolas, a partir de discussões e reflexões sobre experiências já realizadas. Nele se encontram, de forma minuciosa, todos os procedimentos a serem seguidos pelos mestres em sua atividade na escola. Esses procedimentos, no entanto, só foram redigidos *em forma de regulamento após um grande número de conferências com os Irmãos deste Instituto mais antigos e mais capazes de conduzir bem a escola; e após uma experiência de vários anos, ele não contém senão o que bem testado e aprovado* (COBERLLINI, 1995, p. 25).

O Guia das Escolas dos irmãos maristas apresenta como princípios gerais: a importância da educação e do educador, a disciplina e a vigilância. Para Champagnat, a

educação seria importante na medida em que formaria *o juízo, a vontade e o sentimento cristão da criança*, corrigindo *seus defeitos* e dando-lhe *os meios de ganhar a vida* (LARROYO, 1974, tomo II, p.605). Os professores, para conseguir educar o aluno, não deveriam ser apenas catequistas, precisavam ser formados para *um trabalho que excede todos os outros trabalhos*. Para obter a educação pretendida, a disciplina, *em suas três funções: prevenir, manter e reprimir*, e a vigilância, *grande meio de manter a disciplina*, seriam indispensáveis.

Numa classe disciplinada, os alunos são felizes e acham-se a vontade. Se faltar disciplina haverá tudo a temer: as boas qualidades da criança se enfraquecem, as paixões sufocam a piedade, o mestre não tem autoridade, os progressos são impossíveis. Negligenciar a disciplina é destruir a obra da educação (Guia das escolas, p. 54, apud RIBOULET, 1951, p.623).

Mesmo com a expansão das escolas maristas na França, até 1880, a grande maioria delas se achava ainda nas aldeias, sendo compostas, na maior parte das vezes, por duas turmas de quarenta a cinquenta alunos cada uma. Somente excepcionalmente o número de matrículas ultrapassa uma centena. Os alunos maiores deixavam em geral a escola no período da primavera e verão para ajudar os pais nos trabalhos do campo. Em cada comunidade marista havia normalmente três irmãos, dos quais o diretor devia necessariamente possuir diploma de professor primário. Enquanto dois religiosos se ocupavam do magistério, um terceiro se ocupava da cozinha. As acomodações das casas eram simples, e o tempo livre era dedicado aos trabalhos da horta (AZZI, 1997, p.24).

Na década de 80 do século XIX começam a surgir, nas escolas francesas maristas, os internatos, que se tornam os estabelecimentos educativos mais importantes. De início, os internatos tinham cerca de vinte alunos apenas e se restringiam, normalmente, ao ensino primário. Nos últimos decênios do século XIX, os colégios vão elevando o seu padrão de ensino, acompanhando o ritmo exigido pelo sistema educacional dos centros urbanos.

Para as congregações religiosas a grande finalidade dos internatos era a possibilidade de vigilância constante dos alunos para moldá-los segundo seus padrões, mantendo-os dentro da *pureza do ambiente escolar*. Segundo Adorátor (2005, p.415):

A criança é considerada fraca, culpável, deve ser incessantemente vigiada, preservada, separada das tentações do mundo; só uma constante disciplina e exercícios duros e exigentes possibilitarão que ela vença sua natureza frágil. Ela tem necessidade de exercícios regulares nos quais será guiada de perto, cada momento determinado por alguma regra.

Em 1883, assumiu a direção da congregação o Irmão Teofânio, que procurou moldar o instituto marista pela espiritualidade jesuítica, prescrevendo a prática dos exercícios de Santo Inácio, e um segundo noviciado para os irmãos com mais de dez anos de atividades. Foi também ele quem incrementou a elaboração de livros didáticos para as escolas, incorporados em seguida na coleção FTD.

Nas últimas décadas do século XIX, assim como ocorreu com outras congregações religiosas francesas, a obra marista se expandiu para além dos territórios franceses. Em 1885, partem os primeiros maristas para o Canadá; em 1887, é aberta a primeira casa na Espanha; em 1889, realiza-se a primeira fundação na Colômbia e México; em 1891, os maristas atingem a China. E, em 1897, inicia-se a obra marista no Brasil.

As razões da vinda dos religiosos franceses para o Brasil, no fim do século XIX e início do século XX, relacionam-se diretamente ao contexto sócio-político da França neste período.

Durante a Terceira República francesa (1870 a 1940), desenvolveu-se um anticlericalismo acentuado, que culminou com a expulsão das congregações religiosas dedicadas ao ensino, no início do século XX, sob o ministério de Émile Combes⁵. Algumas dessas congregações vinculam-se posteriormente ao contexto histórico brasileiro.

⁵ Émile Combes foi um político francês. Ocupou o cargo de primeiro-ministro da França, entre 7 de Junho de 1902 a 24 de Janeiro de 1905.

No livro *História da Pedagogia*, de autoria de L. Riboulet⁶, publicado pela Editora FTD brasileira, em 1951, cuja edição original francesa foi publicada provavelmente nas primeiras décadas do século XX, o autor não deixa de manifestar o seu repúdio pela medida *antiliberal* do governo francês de expulsar Congregações Católicas ligadas ao ensino de seu território.

Infelizmente a Igreja muitas vezes encontrou obstáculos ao seu zelo pelas obras da educação. A França, em particular, impugnou muito rudemente a escola católica. Era uma glória para ela ter sido o berço da maior parte das Congregações de ensino; era uma glória para ela vê-las espalharem-se pelo mundo inteiro para maior proveito de nossa influência nacional. Desde 1880, o governo tomou contra mestres devotados uma série de medidas antiliberais e, por que não dizê-lo anti-francesas. Enfim em 1904, expulsaram-nos de seu país porque pessoalmente se consagravam à educação cristã; confiscaram-lhes as casas; destruíram obras importantes devidas à generosidade de particulares; violou-se a liberdade dos pais, obrigando-os a confiarem os filhos a mestres que não participavam de seus sentimentos cristãos. Tal procedimento odioso fez no estrangeiro penosa impressão. Os religiosos não deixaram de fazer amar a França, no exílio, e os seus serviços são por toda parte grandemente apreciados. Malgrado todos os obstáculos, a Igreja continua sua missão divina. Os sectários passam: ela, sempre vive, continua infatigavelmente sua obra de civilização e de salvação (RIBOULET, 1951, p.576).

⁶ “Diplomado em Estudos superiores de Filosofia e História da educação, Professor no Instituto N. D. de Valbenoite, em Saint-Etienne” (Riboulet, 1951, capa).

2. A congregação Marista no Brasil

Assim como outras congregações religiosas francesas, a Congregação Marista se estabeleceu no Brasil em um período em que, por um lado, a França adotava uma política de laicização do ensino e tomava medidas restritivas ao ensino das congregações religiosas, e, por outro, no contexto brasileiro de início da República, *alguns bispos brasileiros mais afinados com as mudanças de orientação do Vaticano empreendiam ou tentavam empreender modificações nas feições ainda coloniais do nosso catolicismo*, que ao invés de ser subordinado a Roma era, até a sua extinção pelo governo provisório da República, regido pelo Padroado Régio⁷ (PRATA, 2002, p. 113).

A proclamação da República em 1889 marca o início de uma nova era para o Brasil, mediante a mudança do governo monárquico pelo regime republicano. A implantação do regime republicano representou uma mudança profunda nas relações até então existentes entre Igreja e Estado. Tanto durante a época colonial como no período imperial existia uma estreita relação entre a Coroa e a hierarquia eclesiástica, sendo o catolicismo considerada religião oficial do país. Um dos primeiros atos da República nascente foi o Decreto 119 A, de 07 de janeiro de 1890, extinguindo oficialmente o Padroado Régio, ou seja, oficializando a separação entre Igreja e Estado. No Brasil, discussões sobre essa separação já estavam ocorrendo há algum tempo. Liberais e positivistas se juntavam na defesa da separação entre Igreja e Estado.

Essa separação entre o Estado e a Igreja implicou numa busca por parte da Igreja em situar-se novamente como instituição no Brasil, visando a sua auto-afirmação sem o apoio ou a tutela do Estado.

Habitado a exercer o domínio exclusivo na área religiosa, a hierarquia católica reagiu com firmeza à separação com o Estado, visando preservar, quanto possível, sob sua tutela o setor educacional. Daí as orientações precisas no sentido de incentivar os religiosos à fundação dos colégios católicos, sobretudo em cidades onde as escolas públicas ou

⁷ “Conjunto jurídico que regulamentava a relação entre Estado e Igreja católica em várias nações européias. No reino português, em especial, os monarcas conseguiram vários benefícios monetários e imobiliários em troca da fidelidade ao papa. A estrutura eclesiástica era praticamente controlada pelo Estado lusitano, formalizando assim uma tradição que foi mantida pelo Estado brasileiro” (PRATA, 2002, p. 90).

protestantes estavam sendo implantadas. Com frequência os maristas atenderão a esse apelo na abertura de suas obras.

Assim como havia acontecido na França, que a Igreja via na educação um espaço privilegiado para divulgar a fé católica e influenciar as elites emergentes, aqui no Brasil este fato não se apresentou de forma diferente. A Igreja tentava de todas as formas manter seus privilégios sobre a educação e sobre a religião oficial do país, mesmo que para isso tivesse que aceitar alguns elementos da República que não concordavam. Segundo Azzi (1997, p.125), a Igreja teve que aceitar muitas das decisões da República para continuar com suas escolas católicas no país.

Apesar de divergência em alguns pontos com o regime republicano, a Igreja se harmonizou rapidamente com a ordem social vigente no país, e procurou colaborar para o seu desenvolvimento de maneira a garantir que suas escolas continuassem funcionando. Nesse apoio, a atuação dos religiosos, entre as quais os maristas, foi significativa. Em sua grande maioria, os colégios católicos fizeram um esforço significativo para adaptar-se à legislação vigente e obterem o reconhecimento oficial. Essa aceitação das exigências do governo aproximou a educação católica da mentalidade positivista dominante na esfera do ensino oficial.

O ideário liberal presente no movimento republicano brasileiro se fez sentir na reforma educativa que tinha por finalidade sintonizar a educação aos seus ideais. As proposições básicas eram a laicização, a gratuidade e a preponderância das disciplinas científicas, em ruptura ao modelo humanista clássico, ou seja, uma escola para o cidadão, acessível a todos e que prepara para a vida.

Uma das conseqüências principais da nova ordem política foi a introdução do ensino público de caráter leigo, provocando uma forte reação hierárquica eclesiástica, comprometida de forma intensa com uma educação norteadada pelos ensinamentos da fé

católica. O episcopado precisava encontrar colaboradores para o setor de educação religiosa do povo e teve uma contribuição muito importante ao solicitar a vinda de congregações religiosas européias para essa tarefa, particularmente pela experiência já adquirida anteriormente em países europeus, que se adequavam plenamente aos seus propósitos.

A hierarquia católica não estava preparada para essas transformações de natureza política e social. Assim sendo, o episcopado brasileiro reagiu fortemente contra essas medidas prescritas pelo novo regime republicano em nome do pensamento liberal e da urbanização progressiva.

Assim como no caso francês, a Igreja brasileira contou com o apoio da elite para a expansão de suas escolas pelo país. A elite brasileira argumentava que o Estado não estava preparado seja por variáveis econômicas, como a falta de recursos e de infra-estrutura, como também por obstáculos políticos, para fornecer uma escola de qualidade para a formação de seus filhos.

Segundo Azzi (1997, p. 35), a separação entre a Igreja e o Estado levou a Igreja a contar com a colaboração da antiga classe senhorial e também da nova burguesia emergente:

Foram os filhos dessas famílias que mais se beneficiaram pela ação educativa desenvolvida nos colégios, cuja renda possibilitava também a expansão dos institutos religiosos no país. As camadas pobres passaram a ser atendida em menor escala, através de obras de caráter assistencial.

Neste conflito de separação entre Estado e Igreja, membros da Igreja brasileira que procuraram libertar-se da tutela do Estado ficaram surpresos ao se verem excluídos tão repentinamente do poder público e político, e de serem colocados em igualdade com todas as outras religiões. Isso representava uma razoável perda de seus privilégios. Era necessário à Igreja reconquistar seu status, sua influência sobre o Estado e a Sociedade, e ocupar-se ao mesmo tempo de sua organização e de renovar suas ligações com o Papa e a Santa Sé, e nada melhor para isso do que expandir suas escolas católicas levando à elite

não só escolas de qualidade aos seus filhos, moldadas em modelos europeus, como também garantindo a continuidade da fé cristã como religião oficial do país.

A fim de concretizar este propósito e obter o reconhecimento de seu caráter majoritário como religião do povo, com o apoio do Vaticano, a Igreja, no Brasil, tomou, entre outras, segundo Azzi (1997, p. 314), as seguintes medidas: multiplicação das dioceses e arquidioceses, 15 aberturas de seminários, ordenação de padres e bispos, (re) fundação de conventos e de comunidades religiosas, criação de numerosas Escolas Católicas etc. Para a fundação dessas escolas, o episcopado brasileiro recorreu a Congregações européias religiosas, principalmente francesas.

A vinda de congregações religiosas ao Brasil, entre elas a Congregação Marista, teve inicialmente como princípio norteador o apelo dos diversos membros do episcopado, empenhados em consolidar no país o processo de romanização da Igreja.

Aos institutos europeus são confiadas múltiplas paróquias, o controle dos santuários de devoção, a pregação de missões populares e a educação da juventude. Os Maristas são logo inseridos nesse projeto do episcopado, visto sua experiência em escolas francesas, vindo a atuar com força na área educativa, assumindo a direção de colégios diocesanos e escolas paroquiais.

Vindos para o Brasil como missionários, os religiosos constituíram o núcleo principal da educação da elite brasileira. Eram raros os institutos religiosos que não estavam envolvidos de algum modo com a área educacional.

No período final do Império e durante a Primeira República estabeleceram-se no Brasil 37 ordens e congregações religiosas masculinas e 109 congregações femininas. A origem das congregações masculinas era: 12 italianas, 10 francesas, 4 holandesas, 4 alemãs, 3 espanholas, 1 belga, 1 ucraniana, 1 proveniente do Uruguai (salesianos)⁸. No caso das femininas, a maior parte delas era de origem francesa 28, ou italiana, 24⁹.

⁸ Embora provenientes do Uruguai, os membros desta ordem *eram naturais da província eclesiástica italiana, e mais a Pia Sociedade do Apostolado Católico (padres palotinos), cujos integrantes eram provenientes do Vêneto, norte da Itália, que na época era território Austríaco* (Beozzo, apud, Prata, 2002, p. 116).

⁹ Além disso, 9 eram da Alemanha, 9 da Espanha, 5 da Bélgica e 3 de Portugal. Cf.

O ensino católico dessas congregações foi considerado pelas elites como de excelente qualidade, por causa da dedicação dos religiosos e, por sua vez, a Igreja estava convencida em manter sua influência, formando os futuros quadros dirigentes do país. Portanto, a Escola Católica servia, ao mesmo tempo, aos interesses do Estado, das classes dominantes e médias e aos seus próprios. O que não significa que não fossem também abundantes as iniciativas educacionais da Igreja em favor dos menos favorecidos, especialmente os orfanatos, as escolas populares e as noturnas e as de formação profissionalizante.

Segundo Azzi (1997, p. 156), algumas congregações femininas se dedicavam à educação dos mais simples, com uma rede importante de escolas primárias. Isso, no entanto, acontecia apenas nas regiões de imigração européia italiana e alemã do sul do país, provavelmente com o oferecimento de um ensino elementar aos imigrantes.

Outra medida, decretada pelo regime republicano, que favoreceu a vinda de inúmeras congregações religiosas masculinas e femininas, foi a liberdade de culto. As congregações de irmãos leigos, tanto maristas como lassalistas, desenvolveram atividades específicas na área educacional. Também as religiosas tiveram uma presença significativa na educação, destacando-se, além disso, no setor da saúde e de assistência social.

Além dos aspectos políticos, as mudanças sócio-econômicas ocorridas, durante a Primeira República, dentre as quais destacamos a presença expressiva de imigrantes, a abolição da escravidão negra e a formação da classe operária, seriam fundamentais para a ampliação da ação da Igreja católica no Brasil.

Embora a base econômica do Brasil continuasse sendo a agricultura, a mão de obra dos imigrantes passou a substituir o braço escravo, sobretudo em regiões do centro-sul do país. Nesses estados começa também a crescer o processo de industrialização, com o surgimento de uma classe operária. Na região centro-sul, onde os imigrantes já haviam estabelecido o sistema da pequena propriedade e do trabalho livre em colônias, começa a se formar pouco a pouco uma classe média urbana dedicada às atividades comerciais.

Enquanto os imigrantes residentes na zona rural do centro-sul receberam amparo da Igreja através de numerosas congregações européias, bem menor atenção foi dada aos operários urbanos, considerados em geral hostis à fé católica. Os negros continuaram a

viver à margem da sociedade brasileira, sem nenhuma ação pastoral da Igreja direcionada para suas necessidades materiais e espirituais.

Os colégios religiosos passaram a dar atenção especial à burguesia rural, desejosa de educar filhos dentro dos padrões europeus. Simultaneamente, começaram a atuar nas áreas geográficas onde havia uma presença significativa de imigrantes europeus. Por essa razão, a rede escolar católica implantou-se prioritariamente nos centros urbanos e na região Centro-Sul do país.

O número de instituições escolares católicas instaladas no Brasil entre 1890 e 1930, veja quadro 1, mostra a grande entrada dessas escolas, principalmente nas regiões sul e sudeste. Os estados dessas regiões perfazem um total de 210 instituições escolares instaladas entre 1890 e 1930. Tal concentração pode ser analisada em relação a vários aspectos, dentre os quais encontram-se: os focos de imigração européia, o desenvolvimento da agricultura, em particular da cafeicultura, a representatividade política dos Estados e a relação entre o episcopado e os fiéis, que em alguns locais resistiam às mudanças propostas pela romanização da Igreja.

QUADRO 1 – Número de instituições escolares católicas instaladas entre 1890 e 1930

Estado	Quantidade
Rio Grande do Sul	66
São Paulo	55
Minas gerais	36
Rio de Janeiro	24
Pernambuco	18
Paraná	15
Santa Catarina	14
Rio Grande do Norte	7
Pará	7
Ceará	5
Bahia	4
Mato Grosso do Sul	4
Amazonas	4
Goiás	3
Piauí	3
Maranhão	2
Mato Grosso	2
Alagoas	2
Sergipe	2
Rondônia	1
Paraíba	1
Roraima	1
Acre	0
Espírito Santo	0
Tocantins	0
Total	276

Fonte: Araujo (2007, p. 108).

O Nordeste brasileiro era *fonte de preocupações permanentes do Vaticano*, considerado como foco de *crendices, misticismo e manifestações independentes de religiosidade*. Juazeiro do Norte, por exemplo, que teve o padre Cícero Romão Batista (1844-1934) suspenso de suas funções sacerdotais, em 1896, por atender ao povo sofrido, miserável, que lhe atribuí a autoria de milagres, constituía para o Vaticano uma preocupação constante, um local no qual não conseguia introduzir o cristianismo romanizado. *Era o catolicismo popular, de raiz colonial e por isso mesmo fora de controle em suas manifestações, amplamente arraigado nas populações rurais, em oposição ao cristianismo europeu romanizado, racional, disciplinado e por isso previsível* (PRATA, 2002, p. 108-9).

O processo de romanização da Igreja Católica, ao contrário, encontrou no centro-sul do Brasil, região cujo desenvolvimento da cafeicultura atraiu um maior número de imigrantes europeus católicos e onde *despontavam necessidades burguesas, fruto do enriquecimento das elites cafeiras e do aparecimento de pequenas camadas sociais urbanizadas*, um espaço apropriado para a sua implementação. Nessa região, o episcopado, representante do Vaticano e responsável pela divulgação dos novos princípios da religião e pela formação de padres, criou vários estabelecimentos de ensino e seminários para a formação do clero. Padres e religiosas estrangeiras seriam aqueles que, além de *suprir as necessidades e a carência de sacerdotes*, tinham o perfil ideal para o *novo projeto de evangelização da sociedade brasileira, projeto este fundamentado em práticas e devoções religiosas da realidade burguesa européia* (PRATA, 2002, p. 114-5).

Ao menos desde o início do século XIX, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, o padrão de vida europeu era o ideal máximo *de civilidade e de progresso* almejado pelo governo brasileiro, incluindo o projeto republicano de Estado. Esse ideal, que pretendia romper com nossas raízes culturais afro-indígenas, era caro às classes dirigentes, que desejavam para seus filhos uma educação pautada em valores europeus. Nesse contexto, a vinda de congregações religiosas européias, em especial as francesas, para atuar no ensino, foi muito bem aceita pela classe dominante, especialmente das regiões cafeeiras. As meninas e moças puderam receber essa formação nos colégios fundados por diversas congregações femininas de origem francesa. Os filhos passaram a freqüentar os estabelecimentos de educação dirigidos pelos Maristas. Segundo Azzi (1997, p. 52), a excelente qualidade de ensino era o que atraía o interesse dessas famílias para as escolas maristas.

As congregações femininas, segundo Azzi (1997, p. 156), eram responsáveis pela vasta rede de escolas e colégios do país, funcionando em regime de internato, na maior parte das vezes, dedicados ao ensino das elites. *Os mais apreciados eram os de origem francesa, que continuavam ministrando o ensino segundo os programas e os livros empregados na França e utilizando-se inclusive da língua francesa*. Essas congregações femininas, segundo Prata (2002, p. 98):

Foram especialistas na divulgação de valores morais burgueses, traduzidos e organizados em nova espiritualidade, cujos princípios básicos estavam fundamentados na estabilidade da família, única instituição que tornaria possível a formação de um patrimônio material, a reclusão doméstica da mulher e as práticas cotidianas e individuais de piedade.

Em 1897, nesse contexto político, social e econômico brasileiro, os maristas se estabeleceram no Brasil e assim como outras congregações católicas aqui instaladas tornaram-se desde o início importantes colaboradores do projeto pastoral da Igreja em favor da educação católica. A multiplicação das escolas maristas atendeu aos apelos de bispos, padres e leigos.

A primeira escola assumida pela Congregação Marista foi em Congonhas do Campo, solicitada por D. Silvério Gomes Pimenta. A expansão das escolas maristas se deu principalmente durante a década de 10 do século XX, vindo a se fortalecer durante a década de 20. Durante os anos de 1899-1908, houve um incremento significativo de novas obras: São Paulo: Carmo, 1899; Rio de Janeiro, 1902; Franca, 1902; São Paulo: Cambuci, 1902; Uberaba, 1903; Mendes no estado do Rio de Janeiro, 1903; Santos, 1904; São Paulo: Arquidiocesano, 1908 e Varginha, 1918.

O episcopado brasileiro foi o grande incentivador das escolas maristas. As escolas de Congonhas do Campo e de Uberaba foram o resultado de uma solicitação direta dos prelados diocesanos. Mas os bispos tinham também recomendado aos párocos que se preocupassem com a educação da fé da juventude. Dessa forma, a fundação de algumas escolas maristas foi o resultado de um convite expresso feito por sacerdotes, como foi o caso da escola de Varginha.

Habituaados anteriormente a trabalhar em colégios, religiosos que vieram para o Brasil e para a América Latina transferiram para o novo continente sua experiência anterior. Segundo Azzi (1997, p. 38), a maior parte dos institutos religiosos não teve preocupação alguma em analisar a situação do país, a fim de estudar a viabilidade ou oportunidade de sua proposta ou orientação educativa.

Com o estabelecimento do serviço militar obrigatório, em 1908, o governo passa a exigir a adoção de exercícios militares nos colégios reconhecidos oficialmente pelo governo, incluindo os católicos. As escolas maristas, segundo Azzi (1997, p.183), não tiveram nenhuma dificuldade em obedecer fielmente às normas predeterminadas, uma vez que os princípios maristas, como de outras congregações, eram a *ordem, a disciplina e o culto da autoridade*.

A participação mais freqüente em paradas e desfiles de caráter cívico e patriótico, nos quais os princípios eram seguidos à risca, ofereceu oportunidade para que os colégios católicos ficassem mais conhecidos e fossem admirados pelo grande público urbano. Essas atividades levariam, também, a amenizar os ataques da imprensa liberal, que criticava a falta de vinculação dessas escolas com a realidade brasileira, em especial por parte dos educadores estrangeiros. Isso, na visão de Azzi (1997) seria um aspecto determinante para, principalmente durante a década de 10 do século XX, a expansão das escolas católicas pelo território brasileiro.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS DA CONGREGAÇÃO MARISTA

1. Princípios educativos de Marcelino Champagnat

O Guia das Escolas Maristas (Guide des Écoles à l'usage des petits-frères de Marie), elaborado por Marcelino Champagnat, inspirado pelas orientações de João Batista de la Salle, fundador da Sociedade dos Irmãos das Escolas Cristãs, pretendia “oferecer às crianças do campo o bom ensinamento que os Irmãos das Escolas Cristãs ofereciam aos pobres das cidades” (carta de Marcelino Champagnat ao rei Louis-Philippe, em 1834, apud, Chartier, 2007, p.91).

Marcelino Champagnat foi o responsável pelas ideologias pedagógicas das escolas maristas. Tendo frequentado, de 1805 a 1813, o Seminário Menor de Verrières e, em 1813, ingressado no Seminário Maior de Lião, obteve uma formação religiosa e educacional segundo os princípios da Sociedade Cristã, uma vez que, como afirma Cotta (1996), estes seminários teriam seguido princípios muito próximos aos da Sociedade Cristã, que durante o século XIX teve uma grande contribuição na formação dos religiosos franceses.

A Sociedade Cristã exerceu forte influência no ensino de várias ordens religiosas, especialmente por ter apresentado algumas significativas contribuições para o campo educacional, tais como: a cooperação para a progressiva generalização do ensino; o reconhecimento do valor e promoção da escola popular; a organização de um espaço e de uma prática escolares; a influência para o estabelecimento de um currículo preciso da escola primária gratuita; a participação significativa na utilização da língua materna; a adoção e difusão do método simultâneo do ensino; a prática de uma pedagogia fundamentada no conhecimento do aluno; a colaboração para amenizar a disciplina escolar; a melhoria no conceito do professor primário, caracterizando-o como profissional e impulsionando sua preparação; a redação de um manual clássico em pedagogia, o Guia

das Escolas e a criação da primeira congregação docente constituída só de religiosos leigos.

Os Irmãos Maristas concordaram e se apropriaram de várias das contribuições apresentadas por la Salle, adaptando-as ao contexto de suas escolas e propondo novas contribuições.

Os princípios educacionais dos colégios maristas seguiam a Pedagogia de Marcelino Champagnat, que se propunha a ser uma *Pedagogia Integral que contemple não só a aprendizagem pela aquisição de conhecimento, de habilidades e de hábitos, mas pela pessoa em sua globalidade*. Embora considerasse a disciplina e a vigilância eixos centrais da formação do estudante, a Pedagogia de Champagnat propunha-se *a não oprimir nem inibir, mas encorajar a crescer e a agir com liberdade e responsabilidade*. O objetivo maior dessa educação *era educar a partir da e para a vida (...) que se traduza em uma ética concreta de princípios que devem permanecer continuamente a formar o adulto* (Cotta, 1996 p. 57).

Mesmo existindo, nestes princípios pedagógicos, aspectos relacionados à diversidade cultural, Champagnat obteve no Evangelho os mais fortes subsídios que também deveriam guiar os educadores das escolas maristas, conforma observa Cotta (1996, p. 62):

Se é verdade que para educar os jovens é preciso amá-los, é também verdade que só os educaremos bem se os tornarmos capazes de amar, de ser livres, usufruindo da liberdade (...) que supera qualquer egoísmo e coloca o amor e o respeito como direito e princípio indiscutível do comportamento.

Desde o início da consolidação das escolas maristas francesas, Marcelino Champagnat preocupou-se em buscar um método pedagógico na tradição educativa da Igreja. Para a efetivação de seus princípios optou pelo método simultâneo que já havia se consagrado nas escolas católicas francesas da Sociedade Cristã do século XIX e era considerada a melhor opção de ensino pela Igreja Católica.

Ao final do século XVIII, a escola elementar de classes graduadas e o Método Simultâneo, segundo a proposta de João Batista de la Salle, era um modelo de ensino já bastante difundido por toda a Europa. No Método Simultâneo, *os alunos de um mesmo nível trabalhavam com o mesmo material, na mesma tarefa e ao mesmo tempo os mesmos conteúdos de leitura, escrita, aritmética, civilidade e religião* (HILSDORF, 2006, p.183). O surgimento da lousa individual e coletiva, entre o final do século XVII e início do XVIII, foi decisivo para o sucesso do Método Simultâneo. Esse método superou o método individual de ensino, em que o professor atende individualmente um aluno por alguns minutos. La Salle adotou o método simultâneo de ensinar quando a maioria dos educadores de seu tempo ainda utilizava o método individual.

A adesão inicial de Champagnat ao método simultâneo, embora esteja diretamente relacionada à convicção de Champagnat de que este seria o melhor método para o ensino de crianças da zona rural da França, tinha também um aspecto político, que era o de reforçar o método católico, em um momento em que o método mútuo, ligado ao protestantismo inglês, estava sendo proposto por industriais franceses e admirado pelo Governo francês.

O principal elemento que definia e caracterizava o Método Mútuo era o uso de monitores no ensino. Os monitores eram alunos em estágios mais “avançados” de aprendizagem que ensinavam outros alunos mais novos ou em estágios menos “avançados”. Os monitores, escolhidos pelos mestres, recebiam instrução à parte. Na prática, os monitores eram responsáveis pela instrução de um grupo de 10 alunos. Esse método, que *possibilitava diminuir as despesas, abreviar o trabalho dos professores e acelerar o rendimento dos alunos*, não tinha a base catequética do Método Simultâneo (HILSDORF, 2006, p.191-2).

A Pedagogia Marista era fundamentada não somente no catecismo, mas sobre uma intensa vida cristã. Para o alcance desse objetivo os Irmãos Maristas estavam em constante presença no meio das crianças.

Durante o século XIX, com a consolidação das escolas maristas, Marcelino Champagnat torna-se um dos promotores da Pedagogia Moderna (ou da modernidade pedagógica) na zona rural francesa, que o mundo urbano já conhecia desde o séc. XVII:

método moderno inculcando um comportamento “civilizado” a populações rudes (cívico e polido) e substituindo uma religião “supersticiosa” pelo conhecimento das verdades da salvação.

A proposta educativa Marista, apresentada por Marcelino Champagnat se assentava em quatro principais princípios orientadores segundo um resumo baseado em Cotta (1996):

I. Os Colégios Maristas assumiam-se como um serviço às famílias. Champagnat acreditava que os pais eram os primeiros responsáveis pela educação dos seus filhos, sendo a escola uma expansão dessa educação.

II. Os Colégios Maristas apresentavam-se como um serviço à sociedade. Segundo Champagnat os Colégios Maristas deveriam ser comunidades que aceitassem todas as pessoas, sem discriminação, que privilegiassem o diálogo interpessoal e intercultural.

III. Os Colégios Maristas deveriam promover uma educação integral ao aluno. Os Colégios Maristas deveriam ser espaços privilegiados para a formação do aluno em todas as vertentes do seu desenvolvimento pessoal e social. A educação, que se oferecia, deveria abarcar as dimensões física, cognitiva, afetiva, ética, estética e religiosa.

IV. Os Colégios Maristas eram escolas católicas. As escolas maristas deveriam seguir as orientações da Igreja Católica e serem inspirados pela ação educativa nos valores do Evangelho. Champagnat propõe uma síntese entre fé, cultura e vida.

Os maristas acreditavam que para atingir uma educação integral ao aluno seria necessário: harmonizar fé, cultura e vida dentro de uma comunidade educativa inserido dentro de um projeto educativo; respeitar a individualidade de cada um; esforçar-se para a auto-superação, participação, responsabilidade e criatividade; consciência crítica; educação e ação solidárias, cultura, arte e esporte. Os principais eixos da formação do aluno, proposto no Guia das Escolas de 1835, eram: formar o coração; formar a consciência;

formar o juízo; formar para a civilidade, formar para a modéstia; amar a religião. Todos esses elementos levariam o aluno ao estado do que a Igreja chamava de “bom cidadão cristão”.

A proposta educativa marista, no entanto, passaria por modificações. O Guia das Escolas de 1932 apresentava os seguintes eixos da proposta educativa marista: Educação Cristã; Educação Intelectual; Educação Moral; Educação Social e Educação Física. Cotta (1996, p.72) apresenta um quadro mais detalhado sobre essas mudanças, que apresentamos a seguir.

QUADRO 2 – Evolução dos eixos da proposta educativa marista

Guia das Escola 1853	Guia das Escolas 1932	Proposta Educativa Marista	Taxonomia dos objetivos educacionais	4 pilares da educação
Formar o coração Formar a consciência Amar a religião	Educação Cristã -instrução religiosa (catecismo) - formação	EDUCAÇÃO DA CONSCIÊNCIA Educação da Fé	AFETIVA	SER
Formar o “juízo”	Educação Intelectual - inteligência em geral - percepção interna e externa (sentidos e re- flexão). - “juízo” e raciocínio - imaginação (criatividade) - memória	EDUCAÇÃO DA INTELIGÊNCIA Excelência Acadêmica	COGNITIVA	CONHECER
Formar para a civilidade Formar para a modéstia	Educação Moral - Sensibilidade -Vontade Educação Física Educação Social (patriotismo- cidadania- solidariedade)	EDUCAÇÃO DA VONTADE Organização Disciplinar	PSICOMOTORA	FAZER CONVIVER

Fonte: Cotta (1996, p.72)

Nas aulas dos primeiros tempos das escolas maristas, os alunos tinham aulas de leitura, escrita, ortografia, gramática, aritmética, sistemas de pesos e medidas, e elementos de geometria. A emulação era muito valorizada nas aulas, sendo o Método Simultâneo adequado a esse objetivo. A emulação era entendida como *a alma do ensino e dos progressos. O amor de si, do que é bom e honroso, com os louvores, a aprovação, as*

recompensas e o desejo de exceder os mais, são tão naturais nas crianças quanto nos adultos (Guia das Escolas, apud, Riboulet, 1951, p.626).

Um aspecto que merece ser destacado, diz respeito à adoção de certos *procedimentos modernos, impostos a partir da primeira fase do Guia das Escola*, a respeito do ensino da leitura:

Os Irmãos seguirão a nova pronúncia das consoantes e não se servirão mais da soletração. (...) deve-se lembrar que os elementos de cada sílaba não são precisamente as letras mas os sons e as articulações¹⁰ (...). Por exemplo, para as palavras *pain* [pão], *faim* [fome], *bois* [bosque] deve-se soletrar p, *ain pain*, *aim faim*; b, *ois*, *bois*, e jamais p, a, i, n *paim* etc. (Chartier, 2007, p.92).

Marcelino Champagnat não se preocupava apenas com a formação de seus alunos. Preocupava-se também, em especial, com o preparo dos irmãos que seriam os responsáveis pela formação dos alunos das escolas maristas, ele acreditava que para tornarem-se bons educadores estes deveriam apresentar algumas características que os enquadrassem nas suas ideologias educacionais. Segundo Cotta (1996), Marcelino Champagnat descrevia seis princípios fundamentais para um educador marista:

I. O educador Marista deve promover uma educação integral: articular a formação da inteligência, da consciência e da vontade. Buscar a verdade, com amor e entusiasmo, visando o crescimento harmonioso do educando e a sua preparação para a vida. Despertar o sentido de Deus, mediante o testemunho da própria vida.

II. O educador Marista deve praticar uma pedagogia da presença: Estar próximo do aluno, dentro e fora da sala de aula, e promover um bom relacionamento, prevenindo comportamentos inadequados. Acolher e tratar todos da mesma maneira, sem distinção de

¹⁰ “Quer dizer as vogais e as consoantes” (Chartier, 2007, p.92).

classe, tendo como fundamento e princípio o respeito por cada pessoa. Assumir-se como modelo de comportamento, sabendo que é o exemplo que dá sentido às palavras.

III. O educador Marista deve integrar uma pedagogia familiar: Cultivar um espírito de compreensão, aceitação mútua, simplicidade e modéstia. Assumir a simplicidade como a virtude que melhor distingue o educador Marista e o destaca na sua ação educativa, na unidade do ser e do agir. Tomar como referência a figura de Maria, educadora de Jesus e da família de Nazaré, mostrando disponibilidade, dedicação e amor ao aluno.

IV. O educador Marista deve acreditar numa pedagogia do trabalho e da persistência: Desenvolver um trabalho disciplinado de auto formação, que promova o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Participar nas tarefas da comunidade educativa, com empenho e espírito de família.

V. O educador Marista deve orientar-se por uma pedagogia da motivação e da competência profissional: Saber, aceitar e reconhecer as dificuldades diárias e transformá-las em desafios de superação pessoal. Partilhar com os colegas as próprias incertezas e dificuldades, mostrando disponibilidade para aprender com os outros. Estar aberto à inovação e participar ativamente nas atividades de formação contínua, em nível científico, pedagógico, pessoal, social e religioso. Gerir o tempo de maneira a poder realizar, com qualidade, as atividades docentes programadas.

VI. O educador Marista deve guiar-se por uma visão do mundo e do ser humano, inspirada no Evangelho de Jesus Cristo: Encarar o mundo como um lugar em que todos os homens são irmãos, que devem unir-se na construção de uma sociedade justa e solidária. Reconhecer que a pessoa é o valor supremo da Criação, considerando que todas as estruturas económicas, sociais, políticas e jurídicas devem ser colocadas ao serviço da realização da comunidade humana. Respeitar cada pessoa como um ser livre e original, investido de dignidade, que se realiza na interação com a natureza, com os outros homens e com Deus.

Os princípios católicos de Marcelino Champagnat foram o incentivo maior pela vinda dos Irmãos Maristas ao Brasil, já que sob a ótica européia, o país era ainda considerado como uma região missionária e esse era um dos aspectos que favoreciam a vinda de religiosos estrangeiros. Conforme afirma Azzi (1997, p. 215):

No pensamento da hierarquia católica, era importante criar uma ordem política e social fundamentada nos princípios cristãos; em outras palavras: transformar o regime político inspirado no ideário positivista num verdadeiro estado cristão.

Nesse sentido, a presença mais efetiva da Igreja visava criar uma sociedade que respeitasse os valores tradicionais do cristianismo, possibilitando uma maior aproximação e colaboração entre a Igreja e a política. As escolas das congregações aqui instaladas tentaram abranger princípios educativos que estivessem em acordo com esses pensamentos religiosos, embora seguissem os princípios educacionais apresentados em suas escolas francesas (Azzi, 1997).

2. Implantação dos princípios educacionais maristas nas escolas brasileiras

Por se tratar de uma congregação religiosa, a Congregação Marista, assim como todas as outras que se instalaram no Brasil, adotavam princípios educacionais muito voltados à catequização do povo. Assim como no contexto francês, no Brasil elas se estabeleceram para tentar manter a hegemonia da fé cristã, dentro de um contexto republicano de separação entre Igreja e Estado. Essas escolas religiosas tiveram uma grande contribuição na educação dos jovens brasileiros do século XIX e XX.

Os Irmãos Maristas, quando aqui chegaram, contavam com as experiências de um vasto trabalho já realizado em suas escolas francesas, tendo como princípios as propostas de Marcelino Champagnat. Para entender o processo de transferência destes princípios para

as escolas brasileiras que aqui se instalaram, utilizamos como referência o livro de Cotta (1996), que descreve os princípios educacionais de Champagnat; o livro de Adorátor (2005) e os livros de Azzi (1997), que contam como eram as aulas nas escolas da congregação aqui no Brasil.

As leituras realizadas nos mostraram que apesar dos irmãos maristas terem uma vasta experiência educacional, quando aqui chegaram se depararam com muitas dificuldades, principalmente relacionadas às diferenças culturais, que acabaram por transformar a primeira década de sua consolidação num período turbulento. Essas dificuldades levaram os irmãos maristas, recém chegados, a não introduzir integralmente as propostas de Champagnat, uma vez que sentiram a necessidade de adaptá-las ao novo contexto social que aqui encontraram, sem, no entanto, esquecer os princípios da Igreja.

Adorátor (2005) descreve em detalhes, nos três primeiros capítulos de seu livro *Vinte Anos de Brasil*¹¹, todas as dificuldades encontradas pelos primeiros irmãos maristas que aqui se instalaram. Os irmãos maristas só conseguiram que os ideais de Champagnat fossem de alguma forma contemplados, com sucesso, a partir do final da década de 10 do século XX, quando já estavam adaptados à nova cultura e suas escolas se expandem pelo território brasileiro, com uma significativa melhora em sua infra-estrutura.

Pelos relatos desse autor, podemos perceber as dificuldades enfrentadas pelos irmãos maristas durante os dez primeiros anos de estabelecimento no Brasil. Além de não existir no período uma infra-estrutura adequada para as escolas que aqui foram chamados para administrar, nas quais faltavam inclusive materiais didáticos essenciais para o desenvolvimento das aulas, os irmãos não dominavam a língua portuguesa e se deparavam com um universo cultural por eles totalmente desconhecido. A realidade cultural de onde eram oriundos, a França, também era desconhecida dos brasileiros. Os irmãos que aqui chegavam observavam tudo e relatavam aquilo que achavam de algum modo incomum para eles, realizando muitas vezes uma comparação com a realidade francesa conforme nos fala Adorátor (2005, p.46):

¹¹ O livro *Vinte Anos de Brasil*, é uma tradução feita por Irmão Virgílio Josué Balestro, do livro *Vingt Ans de Bresil* escrita pelo Irmão Adorátor em comemoração aos 20 anos de Congregação no Brasil, uma espécie de diário onde este descreve as experiências dos irmãos Maristas desde a chegada no Brasil em 1897 até o ano de 1917 (Nota da autora).

(...) somos objetos de curiosidade geral. Não fomos nunca insultados. Uma coisa curiosa: apesar do calor, a gente bem vestida leva roupas escuras. São antes negros que trajam roupas brancas. (...) As camas brasileiras são duras e simples. Não têm nada em comum com as da França. Colchão duro, ou antes prancha, um só lençol e uma coberta.

A maior dificuldade encontrada por esses primeiros irmãos maristas que aqui chegaram, dizia respeito à língua portuguesa. Segundo Adorátor (2005) o único irmão que falava um pouco da nova língua era o Irmão Andrônico, diretor da Congregação, os demais não tinham ainda tomado contato com ela.

Apesar das dificuldades e estranhezas de ambos os lados, os irmãos maristas foram recebidos com muito apreço nas cidades onde se instalavam. Adorátor (2005, p. 52) relata a chegada à Escola de Congonhas do Campo, primeira escola assumida pelos irmãos da Congregação:

Toda população está aí para nos conduzir ao Colégio, que se ergue a alguns passos, em construções velhas. Os seminaristas, em número de quarenta, aguardam-nos na entrada, saúdam-nos com aclamações entusiásticas, que nos parecem exageradas, até porque não compreendemos absolutamente nada.

Para tentar solucionar o problema da falta de domínio do português, os irmãos instalados em Congonhas do Campo, estudavam a língua *com ardor incrível pelo menos onze horas por dia*. Os Irmãos Andrônico e Luís Anastácio, que passaram um ano com os padres lazaristas de Lisboa, foram os responsáveis por ensinar os primeiros passos aos outros irmãos.

Mas, não foram apenas dificuldades com a língua, falta de estrutura ou as diferenças culturais que os irmãos maristas aqui enfrentaram. Quando aqui chegaram para tomar conta das escolas para os quais tinham sido designados, eles não tinham nenhuma organização pré-estabelecida para a organização das escolas. Isso parece apontar que eles vieram rapidamente, provavelmente devido ao estremecimento das relações com o Estado francês. Na ausência de um planejamento anterior, os irmãos decidiram improvisar as funções que cada um ocuparia, uma vez que não haviam decidido nem ao menos quem ficaria responsável por cada setor, ou mesmo por cada disciplina.

Em seu livro, Azzi (1997) nos aponta as funções pelos irmãos que chegaram a Congonhas do Campo. O Pe. Veloso e seu secretário Miguel seriam responsáveis pela administração das finanças, função que já assumiam em outras escolas. O Ir. Andrônico, o diretor, e o Ir. Anastácio ficaram com o ensino do francês e do português, além de assumiram aulas de aritmética em diversos cursos. Os irmãos Alexandre e Basílio foram nomeados prefeitos ou vigilantes. O Pe. Joaquim permaneceu capelão, professor de latim e do primeiro ano de português. O Ir. Aloísio ficou encarregado da administração geral, das despesas e da direção dos empregados da casa. E o irmão Adorátor e o Pe. Isidoro ficaram responsáveis pelo externato.

Mesmo tendo designado para cada um dos irmãos as suas tarefas, as angústias para a consolidação das mesmas apareciam com muita frequência durante as primeiras dez décadas de consolidação da Congregação Marista nas escolas brasileiras. Nos relatos dos irmãos aparecem situações que para nós leitores parecem engraçadas, mas deve-se imaginar o quão difíceis devem ter sido para eles:

Depois de algumas palavras estropiadas, determina que eu (Ir. Adorátor) ensinaria aritmética aos mais adiantados, a única matéria que poderia transmitir com precária adequação, dados os meus reduzidos conhecimentos de português. Eis-me professor de matemática, sem saber o nome das quatro operações em português. Felizmente, o Pe. Isidoro, ao entregar-me solenemente uma caixa de fósforos

com algum giz e esponja, deu-me ao mesmo tempo o resumo de aritmética de que se servia (ADORÁTOR, 2005, p.69)

No relato do Irmão Adorátor, sobre sua primeira aula de matemática em Congonhas do Campo, intitulado *A hora mais longa de minha vida*, podemos vislumbrar o choque dos irmãos maristas ao se depararem com uma realidade tão diferenciada daquela que tinham em suas escolas francesas, onde seguiam fielmente os ensinamentos de Marcelino Champagnat.

Um primeiro aspecto ressaltado pelo Irmão Adorátor diz respeito às condições da sala de aula. Grande, quadrada, com *soalho remendado e forro que faz tranças. Das quatro janelas que deixam penetrar luz, duas não tinham vidro; uma mesa de refeitório muito ondulada, alguns bancos e a cadeira do professor, eis toda a mobília da sala. Acrescenta-se o quadro negro de apenas quinhentos centímetros quadrados. Aí está a sala de aula.*

Com relação aos alunos, Adorátor enfatiza a quantidade, sessenta alunos, as diferentes etnias, *eram de todas as colorações, indo do branco ao negro retinto*, o uso de poucas roupas e a falta de higiene, *o único ornamento dos pobres*. A única uniformidade que percebera estava no calçado. *Todos estavam descalços*. Como materiais didáticos traziam o *livro de leitura, caneta e tinteiro, com uma folha de papel para os deveres do dia*. Os alunos, por outro lado, também se assustavam com o professor. *Nós nos olhávamos de maneira curiosa; na verdade, havia motivos para isso.*

Os alunos da turma eram os mais adiantados e o irmão Adorátor deveria ensinar-lhes matemática. Não sabia como iniciar a aula, mas não caiu *na tentação de lhes fazer pequeno discurso de entrada, que teria rompido o gelo e atado boas relações*, apesar de ter *desejado dizer-lhes alguma coisa, uma palavra*, mas nada lhe ocorria *à mente*. Perguntava a si mesmo *se era necessário rir ou chorar*. Enfim, decidiu iniciar a aula utilizando a linguagem dos sinais.

Digitalmente escalo um aluno e o conduzo ao quadro negro, entregando-lhe a barra de giz e a esponja. Disponho-me a ditar um número, mas dou-me conta de que não sei o termo aritmético. Os nomes dos algarismos que tinha aprendido

desapareceram da memória no momento em que, desesperado, os procurava. Que teria feito o leitor no meu lugar? Conservo o sangue frio. Solenemente, agarro o giz, traço dois números bem desenhados. Reencontrei-me com a escrita dos algarismos: nisso estava toda a minha superioridade. Depois de escrevê-los era necessário fazer alguma operação. Qual delas? Depressa, lanço um olhar no meu livrinho; vejo a palavra “adição”. Isso basta. “adição”, digo eu com tom automático, para me dar segurança e inspirar confiança.

Ainda assim, os alunos vacilam, mesmo com a adição. Que fazer para levá-los a corrigir os erros? Existe, sem dúvida, o termo “erro” que poderia usar; mas, sem acompanhamento, não explica a situação. A necessidade torna a pessoa engenhosa. Agarro o giz; depois de ter apagado o algarismo errado, substituo pelo correto; faço ao aluno o sinal de prosseguir. A cada novo erro, emprego o mesmo sistema de correção.

A aula prosseguiu da mesma forma até o final. Demorou muito mais que o tempo do relógio para passar. *Nunca conheci hora de aula ou da própria vida tão sadicamente interminável.* Mas, finalmente, o relógio marcou meio dia e todos estavam livres. O professor suspira aliviado. Alguns alunos lhes fazem perguntas, mas Adorátor nada responde, *não compreendia nada que os alunos diziam. Que aula! Que alunos!*

Os Irmãos maristas estavam acostumados a trabalhar com crianças e jovens pobres de comunidades rurais da França, a realidade brasileira, no final do século XIX, no entanto, era muito diferente. Era necessário se aproximar mais desta realidade para conseguir melhores resultados pedagógicos e religiosos com seus novos alunos. Era necessário adaptar os princípios educacionais de Marcelino Champagnat à nova realidade cultural ao

qual estavam agora inseridos, caso contrário não obteriam o mesmo resultado de suas escolas francesas.

À medida que as dificuldades vão sendo superadas, devido a escolas mais bem estruturadas, dirigidas na maior parte das vezes a filhos da elite emergente, com professores mais adaptados à nova cultura e à língua, bem como às propostas do clero brasileiro, a proposta pedagógica do fundador Champagnat vai sendo implementada. No entanto, essa proposta, no Brasil, contempla a realidade dos alunos que freqüentavam as escolas maristas, muitas vezes não sendo empregadas integralmente da maneira que Champagnat havia escrito no Guia das Escolas.

Uma das metas apresentadas por Champagnat, que condizia com os princípios educacionais da Sociedade das Escolas Cristãs, era a escolarização popular, ou mesmo a gratuidade do ensino. Porém, no Brasil, as escolas maristas não se propuseram a universalizar o ensino e nem a atender gratuitamente os necessitados das localidades onde se instalaram. Apenas em algumas cidades abriram escolas destinadas a este público, as quais eram denominadas Escolas Populares, como ocorreu com a Escola Paroquial de São Leopoldo, criada em 1902 e com a Escola São Joaquim criada no Rio de Janeiro, em 1909.

Entretanto, essas escolas não eram totalmente gratuitas. Apenas alguns alunos, considerados pobres, não pagavam as mensalidades, enquanto os demais pagavam quantias irrisórias. Na Escola São Leopoldo, por exemplo, Azzi (1997, p. 299) esclarece a forma como eram tratados os alunos, diferenciados pela sua condição econômica.

Verificando o livro de matrículas em 1902, encontramos registros que nos dias de hoje são considerados graciosos (...) Freqüentavam o colégio 157 alunos, pagando uma mensalidade irrisória de Cr\$ 0,50, Cr\$ 1,00, Cr\$ 2,00 e Cr\$ 3,00. (...) Entre os 157 alunos, 25 figuravam com a rubrica pobre. Os pobres, entretanto, nada pagavam. Existia mais uma classe colocada no meio do pobre e do rico: eram 23 alunos que pagavam apenas Cr\$ 0,30 mensais.

A formação religiosa era uma das metas principais da educação marista e, dentro dela, a devoção ocupava um lugar de destaque. Os relatos do Irmão Adorátor esclarecem que nas aulas em escolas da congregação os interesses educacionais não eram apenas pedagógicos e que existia um princípio catequizador em seus processos, tendo os alunos obrigações religiosas em seu dia a dia escolar. Antes das aulas, eles se reuniam no pátio para rezar e, além disso, todas as datas cristãs eram comemoradas com missa e festa.

Além de educar as crianças, afirmava Champagnat, era necessário tratá-las com amor e, para isso, elas e seus educadores deveriam estar sempre com os pensamentos em Deus, na Pátria e na Família.

Com relação à finalidade da educação, Champagnat afirmava que *não era encher a mente das crianças com conhecimentos úteis, mas fornecer-lhes os meios para adquiri-los*. Por isso, acreditava que era *necessário desenvolver, dirigir e cultivar suas faculdades intelectuais para que possam tirar o maior proveito possível pela vida toda* (Champagnat, citado por Megale 2005, p. 31).

Champagnat ainda falava em “aulas agradáveis” aos alunos e premiações para transformar o esforço de estudar em uma ocupação agradável. Não sabemos se as escolas maristas brasileiras seguiam exatamente o que Champagnat havia descrito, mas percebemos pelos relatos dos irmãos, que estes faziam todos os esforços para que os alunos tivessem aulas que abrangessem a sua realidade e que ao final do ano existiam premiações aos alunos com melhores notas e comportamento.

Megale (2005, p. 30) afirma que: “até se firmarem as diversas correntes psicopedagógicas do século XX, O Guia de Escolas - livro que Champagnat escreveu de orientação na formação de educadores maristas e de seus alunos – se manteve como o manual da pedagogia marista”, não importando o país em que se instalasse. Podemos então inferir que os princípios educacionais de Champagnat serviram como guia durante muitos anos nas escolas maristas brasileiras.

Para que o jovem pudesse desenvolver-se de corpo e alma, os maristas valorizavam os passeios, as excursões, a prática de esportes e a inclusão de atividades lúdicas no ensino.

Havia também nos colégios maristas o recurso a outras iniciativas pedagógicas, como a música, o teatro, a declamação e o canto. (Azzi, 1997 p. 319).

Essas iniciativas não foram tomadas por acaso, ou porque era uma exigência brasileira. Segundo a tradição católica francesa, os passeios e as excursões eram considerados elementos fundamentais para manter o corpo em boas disposições físicas, permitindo dessa forma que o aluno pudesse se entregar com mais disposição e aplicação aos estudos. O aspecto competitivo dos jogos constituía uma atração muito grande para os alunos e a prática de esportes além de manter o corpo em boa forma física, também incluía o prazer de possíveis vitórias (ADORÁTOR, 2005).

Apesar dos maristas valorizarem as atividades lúdicas e o esporte, a disciplina colegial era muito cobrada sendo considerada pelos maristas como um importante instrumento para que os alunos pudessem aplicar-se melhor nos estudos e, ao mesmo tempo, educar-se na fé católica.

Mesmo os maristas tendo se empenhado em tentar adaptar as ideologias pedagógicas de Marcelino Champagnat ao novo contexto social brasileiro, estes insistiam, durante as primeiras décadas de presença no Brasil, em dar ênfase especial na promoção da língua e da cultura francesa.

Essa empolgação pelas tradições e pela cultura de sua pátria de origem marcou as escolas da congregação. Segundo Azzi (1997), o Irmão Adorador nunca perdia a oportunidade de ressaltar a importância das atividades dos religiosos franceses, moldando a juventude brasileira dentro dos padrões europeus em que tinha sido formado. Tanto na literatura, como na música e na arte em geral, predominava o figurino francês. A própria formação religiosa da juventude inspirava-se no catolicismo francês. As características francesas eram percebidas também na organização de suas escolas.

Quando os maristas se estabeleceram no Brasil, o instituto já estava organizado na França em diversas províncias. Segundo a nomenclatura marista, primeiro se fundava um distrito, abrangendo diversas comunidades religiosas, e depois era transformada em província. É evidente a analogia

destes termos com a própria organização política da França (AZZI, 1997, p. 210).

Uma outra tradição francesa da Congregação Marista, e de outras congregações francesas, que foi transferida para o Brasil, diz respeito à prática editorial, tendo como princípio a produção de seus próprios livros didáticos.

Na França, durante a vigência da Lei Guizot¹², foi instituída uma comissão encarregada de classificar os livros publicados de acordo com seu mérito e sua utilidade. As escolas públicas *poderiam utilizar somente obras autorizadas pelo Conselho Real de Instrução Pública*. As escolas privadas, por outro lado, poderiam usar livros que *não contivessem nada de contrário à moral*. Esse processo diferenciado de vigilância, que seria ampliado em legislações posteriores, fortaleceu as publicações que já eram realizadas por instituições religiosas. Ao final do século XIX, Noël Vauclin, em seu livro de memórias *Mémoires d'un instituteur français* (1895), ao comentar sobre os livros didáticos existentes naquele período afirma que:

As congregações que se dedicam ao ensino, salvo raras exceções, tinham seus próprios livros, frequentemente editados por sua casa-mãe, e elas se serviam exclusivamente desse material (CHARTIER, 2007, p. 78).

Apesar da Congregação Marista manter a prática de produzir seus próprios livros, utilizando-os no Brasil, alguns indícios parecem apontar a sua preocupação em adaptar seus livros à cultura brasileira. Esses indícios podem ser percebidos pela análise de programas oficiais apresentados para as escolas brasileiras e pela presença de livros escritos sobre a História do Brasil e a Geografia do Brasil, o que mostrava a preocupação em mostrar aos alunos a realidade de seu próprio país.

¹² “A lei Guizot foi publicada em 1833. Seu nome refere-se ao então Ministro da Instrução Pública da França, François Guizot (N.R.)” (Chartier, 2007, p. 67).

CAPÍTULO III

PRÁTICAS EDITORIAIS DA FTD BRASILEIRA E SUA COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE MATEMÁTICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

1. Práticas editoriais brasileiras da FTD

1.1. Impressão e distribuição

Os livros didáticos de matemática produzidos pela Editora FTD, no período de 1902 a 1930, assim como ocorreu com outras editoras brasileiras no início do século XX, foram em sua grande maioria impressos em tipografias estrangeiras. Apenas durante a Primeira Guerra Mundial, em decorrência das dificuldades de transporte de materiais, os Maristas se viram obrigados a buscar impressores nacionais.

O Brasil iniciou-se tardiamente na impressão de livros, devido às proibições portuguesas que impediam as publicações e o funcionamento de tipografias em suas Colônias. No início do século XIX, era um dos únicos países do mundo que ainda não produzia textos impressos. Somente em 1908, com a vinda da Corte portuguesa para a Colônia e a criação da Impressão Régia, *quase quatro séculos depois do aparecimento, na Europa, dos primeiros impressos*, começaram a aparecer os primeiros impressos, dentre os quais estavam *várias traduções importantes de textos europeus de matemática* (PFROMM, 1974, p. 74).

Quando foi liberada a impressão, a precariedade da produção de matéria prima para a confecção dos livros, levava as tipografias brasileiras a comprarem essa matéria prima de países europeus. Isso, muitas vezes, tornava o produto final mais caro do que o importado. Esses fatores favoreciam a impressão em países europeus, principalmente na França.

Os preços dos livros impressos na Europa, naquele período, eram mais acessíveis a uma população que estava em crescimento econômico e social. Além disso, as poucas tipografias brasileiras existentes não estavam ainda aptas a imprimir exemplares com diferenciais (capa, diferentes letras, figuras, desenhos, etc), que fossem comparáveis às impressões européias. A maquinaria das tipografias européias eram muito mais desenvolvidas tecnologicamente. Os impressores brasileiros não tinham condições econômicas para investir na importação de máquinas mais modernas, que os colocassem em um mesmo nível de concorrência com o produto estrangeiro.

Mesmo pagando o custo do frete transatlântico (a tarifa para livros, na metade da década de 1840, na viagem Le Havre – Rio, era de 50 francos por tonelada, mais 10% ad valorem), o produto europeu era mais barato, além de sua melhor qualidade, tanto técnica quanto esteticamente, em relação ao feito no Rio de Janeiro. (Hallewell, 2005 p. 200.)

As empresas estrangeiras, especialmente devido às suas técnicas de impressão e ao menor custo de produção, se sobressaíam na utilização de imagens em seus livros didáticos, recurso pedagógico muito enfatizado pelo Ensino Intuitivo. O uso da imagem nas impressões brasileiras, por outro lado, só seria possível graças aos avanços das técnicas de impressão e de fabricação do papel, em curso após a metade do século XIX, que baratearam o custo do material didático impresso. Segundo afirma Razzini (2004, p. 4):

Além de livros ilustrados com litogravuras¹³, xilogravuras¹⁴, zincogravuras¹⁵, muitas vezes com “clichês” importados, os alunos brasileiros passaram a conviver com mapas geográficos e quadros murais do ensino intuitivo,

¹³ Desenho em pedra e depois estampado em papel. Michaelis (2002, p. 474).

¹⁴ Arte de gravar em madeira. Michaelis (2002, p.844).

¹⁵ Arte ou processo de zincografar; processo idêntico a litografia, no qual a pedra litográfica é substituída por chapa de zinco. Michaelis (2002, p. 847).

pendurados na parede das salas de aula, muitos deles coloridos através de cromolitografia¹⁶.

Mesmo com os avanços técnicos das impressoras brasileiras, o alto custo da produção de livros didáticos e a menor qualidade, em relação aos importados, seria um fator determinante para que esses livros fossem ainda muitas vezes editados em Portugal e na França. Apesar da atuação dos portugueses, na produção e comércio de livros brasileiros, o estilo de composição do livro didático brasileiro foi dado pelas casas editoriais da França. Os franceses tiveram interferência direta na produção, com obras editadas inteiramente em Paris.

Após o término do monopólio da Imprensa Régia em 1822, teve início a transferência dos encargos editoriais para o setor privado. A Tipografia Nacional continuou publicando obras didáticas em número restrito e os editores de origem estrangeira passaram a se ocupar da produção nacional, mas sempre vinculados, principalmente, aos países europeus. As marcas editoriais francesas, em especial, foram se consolidando.

Monteiro Lobato, segundo Koshiyama (2006, p.101), atribuía a razão dos preços altos dos livros impressos no Brasil, comparados aos impressos europeus, ao preço que as tipografias brasileiras pagavam pelo papel importado, visto que as taxas alfandegárias que vigoravam no país durante este período acabavam duplicando o preço original do papel estrangeiro. Como as tipografias estrangeiras não precisavam pagar essas taxas, visto que o que era enviado para cá já se tratava do produto final e as taxas sobre estes eram menores do que sobre o papel, o livro estrangeiro acabava por se tornar mais barato. Segundo Hallewell (2005, p. 203), a cotação era de \$ 160 por quilo de papel contra \$ 100 por quilo de livros.

Até a metade do século XIX as poucas tipografias brasileiras não estavam preparadas para competir com as estrangeiras, seja pelo preço final do produto, como pela exigência do mercado editorial, que estava mais interessado em títulos estrangeiros do que brasileiros, ou pela qualidade do produto final. A qualidade dos livros produzidos no Brasil era criticada principalmente pelo fato de que essas impressões, durante as primeiras

¹⁶ Impressão de imagens em cores superpostas por processos litográficos. Michaelis (2002, p. 218).

décadas do século XIX, eram realizadas pelas tipografias dos jornais em suas horas ociosas, sendo utilizado o mesmo papel que o das impressões dos jornais, enquanto os livros estrangeiros usavam papel especial de melhor qualidade.

A aceitação e a opção pela França entre setores de nossas classes dominantes devem ser entendidas na trama de interesses econômicos e culturais estabelecida entre os dois países e não como simples decorrência de importação de idéias feita por essas classes.

Havia interesse de ambos os lados para a implantação de uma cultura francesa no Brasil. A França desejava penetrar em uma região, aparentemente monopolizada pelo comércio inglês para tomar seu espaço, enquanto a preferência francesa pelos brasileiros, segundo Bittencourt (1993, p. 91), relacionava-se a fatores sócio-políticos econômicos, tendo forte interferência das relações constituídas entre a Igreja Católica e o Estado:

O catolicismo brasileiro aproxima-se da mentalidade francesa, que por seu lado, esmerava-se em difundir seu ideário concebido como universalista. A educação “à francesa” tornava-se uma mercadoria considerada moderna e necessária para nosso processo “civilizatório”, um capital cultural a ser apropriado e consumido pela juventude das nossas elites. Era um modo de ser “moderno” mais próximo dos valores católicos de setores conservadores desconfiados de mundo inglês protestante.

Por volta de 1850, o desenvolvimento técnico suscitou uma clara separação entre os processos de impressão de jornais e aqueles usados para os livros. A partir daí, jornais eram publicados com um tipo de papel diferente da do livro, com encadernação, tipos de letras, que fizeram com que o livro se tornasse atrativo aos olhos do consumidor, estando apto a competir com os livros estrangeiros. O problema principal continuava sendo de fator econômico: o preço.

Os livros brasileiros, cujas impressões originais foram produzidas principalmente na França, caracterizavam-se por influências das produções francesas, em particular, no

seu aspecto físico. Exemplo típico é em relação ao formato: in-oitavo (16,5 x 10,5 cm) ou in-doze (17,5 x 11 cm) que era uma imitação da firma parisiense Calman Lévy (Hallewell, 205, p. 218). As capas eram geralmente amareladas, hábito estabelecido na época das edições francesas (Koshiyama, 2006, p.70).

Os livros didáticos de matemática produzidos durante a Primeira República, aqui analisados, apresentam o formato in-oitavo e são raras as capas que não são amareladas. Mesmo as que não são amareladas apresentam cores opacas com tons esverdeados ou o avermelhados.

Assim como outras editoras, a FTD também justificava a decisão de imprimir seus livros na França, por razões de ordem econômica e técnicas. Os Maristas consideravam que *a produção gráfica nacional ainda era muito precária e, como queriam bons livros,*

(...) enviavam seus originais pelo porto de Santos para Lyon, na França. A composição tipográfica era feita na Imprimerie Emmanuel Vitte e meses depois recebiam as provas gráficas, faziam as revisões e correções e as remetiam de volta quantas vezes fossem necessárias até o texto estar impecável. Aprovadas as artes-finais eles encomendavam a impressão e o acabamento também na tipografia de Lyon (MEGALE, 2003, p. 50).

As provas dos livros da FTD voltavam para o Brasil para serem revistas, até que se chegasse à publicação definitiva em capa dura e em quantidade suficiente para atender ao mercado escolar brasileiro do início do século. Os livros didáticos da FTD sempre eram despachados de um porto francês acondicionados em caixas de madeira e os lotes impressos eram desembarcados no porto de Santos. Os livros eram então estocados no Colégio Marista de Santos (site FTD, 16/08/2006).

Adorátor (1916, p. 599) confirma esta prática de produção de livros da FTD, e atribui à *Imprimerie Vitte, de Lyon*, a impressão da maior parte dos livros didáticos da FTD naquele período. Realmente, em nossa análise, encontramos apenas um livro de outro

impressor francês, trata-se do *Geometria elementar curso Superior – conforme os programmas completos do gymnasio nacional e das escolas secundarias – São Paulo 1908*. Este livro aparece como sendo editado pela *Typ. Aillaude e Cia* de Paris (Vide Quadro 3).

Provavelmente, podem ter existido outros livros impressos pela Aillaude, mas não tivemos acesso, também não conseguimos informações sobre as razões para a mudança do impressor ou da existência de outros impressores das obras da FTD.

Quadro 3- Relação de livros didáticos de matemática impressos na Europa e no Brasil (1908 - 1948)

Título	Data	Impressor
Geometria Elementar Curso Superior	1908	Typ. Aillaude e C ^{ia} , Paris
Complementos de Álgebra	1909	Emmanuel Vitte
Complementos de Álgebra – Parte do Mestre	1909	Emmanuel Vitte
Trigonometria Elementar	1909	Emmanuel Vitte
Elementos de Arithmetica	1910	Emmanuel Vitte
Geometria Elementar	1910	Emmanuel Vitte
Elementos de Arithmetica do Curso Secundário	1913	Emmanuel Vitte
Elementos de Arithmetica Curso Superior	1915	Emmanuel Vitte
Exercícios de Calculo com Problemas sobre as operações fundamentais	1916	Emmanuel Vitte
Elementos de Arithmetica Curso Primário	1918	Emmanuel Vitte
Geometria Elementar	1920	Emmanuel Vitte
Elementos de Arithmetica Curso Secundário	1922	Emmanuel Vitte
Elementos de Arithmetica Curso Secundário	1922	Tip. Augusto Siqueira
Álgebra Elementar Curso Médio	1923	Emmanuel Vitte
Elementos de Arithmetica – Curso Superior	1923	Emmanuel Vitte
Primeiro Livrinho de Calculo	1924	Emmanuel Vitte
Geometria Elementar Curso Superior	1924	Emmanuel Vitte
Pontos de Filosofia	1924	Tip. Siqueira
Noções de Algebra	1924	Tip. Siqueira
Elementos de Aritmética	1924	Tip. Siqueira
Geometria Elementar Curso Superior	1924	Nada consta
Geometria Elementar Curso Superior	1924	Tip. Siqueira
Geometria Elementar Curso Médio	1925	Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul
Álgebra Elementar Curso Médio	1925	Tip. Siqueira
Álgebra Elementar Curso Médio	1926/1925	Emmanuel Vitte
Elementos de Arithmetica Curso Primário	1927	Emmanuel Vitte
Trigonometria Elementar	1928	Emmanuel Vitte
Trigonometria Elementar	1928	Tip. Siqueira
Geometria Curso Elementar	1930	Emmanuel Vitte
Geometria Curso Elementar	1930	Tip. Siqueira
Trigonometria Elementar Parte do Mestre	1933	Tip. Siqueira
Pontos de Algebra	1933	Casa Siqueira
Trigonometria Elementar	1933	Tip. Siqueira
Noções de Perspectiva Exacta	1936	Tip. Siqueira
Elementos de Aritmética Curso Superior	1937	Tip. Siqueira

Álgebra Elementar	1938	Tip. Siqueira
Soluções e Respostas dos Exercícios e Problemas contidos no livro Elementos de Arithmetica	19--	
Geometria Elementar Curso Superior	192?	Indústria Gráfica Siqueira
Geometria Elementar Curso Superior Parte do Mestre	1941	Tip. Siqueira
Álgebra Elementar Curso Superior	1941	Tip. Siqueira
Álgebra Elementar Curso Médio	1947	Indústria Gráfica Siqueira
Exercícios de Trigonometria Parte do Mestre	1948	Indústria Gráfica Siqueira

Fonte: Autora

O Quadro 3 nos aponta para a existência de três diferentes fases de impressão dos livros didáticos de matemática da FTD. A primeira refere-se ao período de 1900 até 1920, na qual os livros eram impressos exclusivamente na França. A segunda fase, de 1920 até 1930, é aquela na qual surgem os primeiros livros impressos no Brasil, na Tipografia Siqueira, mas ainda existem livros impressos na França. A terceira fase corresponde ao período de 1930 até 1960, que apesar de não fazer parte do período de nossa análise, tem como característica o fato de os livros serem impressos todos no Brasil. E assim como acontecia na França onde a Imprimerie Vitte tinha praticamente o monopólio da impressão dos livros da FTD, aqui os Maristas escolheram a Tipografia Siqueira, que durante 30 anos, ficou responsável pela composição dos livros da congregação. Esse quadro só se inverte em 1960 quando a editora FTD passa a ser responsável ela mesma pelas impressões de seus livros didáticos.

Dos livros analisados da segunda fase, 50% deles têm suas impressões em território brasileiro. Isto ocorre no pós Primeira Guerra Mundial, período que impossibilitou o transporte marítimo entre Brasil e Europa. A dificuldade de importação teria levado a FTD a utilizar tipografias brasileiras, que foram obrigadas, devido às dificuldades provocadas pela Guerra, a fazer uso de matéria prima nacional para a produção de seus livros. Isto possibilitou o desenvolvimento de novas técnicas de produção mais viáveis economicamente e esteticamente, tornando o produto nacional competitivo com o estrangeiro. Além do fato da Guerra, a crescente luta de intelectuais pela “nacionalização”, também foi um fator importante para que as impressões começassem a ser realizadas no Brasil.

Assim como acontecia com a impressão dos livros didáticos da FTD, a distribuição de seus títulos também não era realizada pela própria editora. Mas, então, quem se encarregava

dessa tarefa? Até 1910, nos primeiros anos de existência da Coleção no Brasil, os próprios Maristas distribuíam os livros encomendados para os seus colégios e demais escolas que os adotassem. Porém, com o aumento significativo de novos livros e a procura crescente pelos livros da FTD, os Maristas não conseguiram conciliar a dedicação integral à educação de seus alunos e o trabalho de distribuição de suas numerosas obras tendo que buscar outra maneira de distribuir seus livros.

Segundo Adorátor (1917, p. 592), mesmo antes de 1910 os Maristas não priorizavam a tarefa de distribuição de seus livros, *a tarefa comercial era vista por muitos como um empecilho à dedicação que deveriam dar à escola e a seus alunos*. Isso teria sido a justificativa encontrada para *entregar a distribuição e a comercialização a uma empresa capacitada e legalmente estabelecida em âmbito nacional*.

A partir daí, em 1911, o Irmão Isidoro firmou contrato com o livreiro Francisco Alves de Oliveira. Apesar disso, mesmo dois anos após a assinatura do contrato com a Francisco Alves o Colégio Marista de Santos continuou sendo o armazém e a distribuidora da FTD. Como os Maristas achavam que a distribuição dos livros exigia muita mão-de-obra, a partir de 1913, a distribuição e a comercialização dos livros passaram integralmente para a contratada, ficando no colégio somente material escolar para ser distribuído, como cadernos, lápis e penas.

Não se sabe ao certo se os Irmãos Maristas escolheram a Francisco Alves, ou se esta os escolheu. Os Maristas precisavam de alguém que se responsabilizasse pela distribuição de sua Coleção e, nada mais viável do que utilizar uma livraria experiente nesse mercado, uma das primeiras grandes editoras e distribuidoras de livros didáticos do Brasil. Para a Francisco Alves, por outro lado, investir na distribuição dos livros didáticos da FTD, coleção usada em muitos colégios católicos, seria uma maneira de expandir ainda mais seus negócios e conseqüentemente seus lucros.

A década de 1890 marcou a ascensão da Livraria Clássica de Alves & Cia., que viria chamar-se, em 1894, Livraria Francisco Alves, como a principal editora de livros escolares do Brasil alcançando o topo no universo editorial brasileiro. O número de títulos lançados pela Livraria Francisco Alves confirma que os livros escolares eram sua especialidade desde o início de sua existência sendo que no final da década de 1880 compreendiam mais de 80% do catálogo como pode ser observado no Quadro 4.

Durante a Primeira república, os anos de 1910 foram os de maior atividade editorial para a Francisco Alves (RAZZINI, 2004). Essa mesma data marca o início da expansão dos sistemas públicos de ensino em vários estados brasileiros, o que indica o acerto de Francisco Alves em arriscar e investir na produção de livros didáticos dirigidos ao ensino elementar. Pode-se então acreditar na possibilidade da Francisco Alves ter escolhido os livros da FTD neste período buscando acrescentar ao seu acervo livros didáticos considerados de boa qualidade pelas escolas católicas e pela elite dominante, o que lhe garantiria maiores vendas.

Quadro 4- Títulos lançados pela Livraria Francisco Alves de 1860 a 1950

Período/por década	1860	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950
Belas-Artes									3	
Ciências Sociais e Políticas				4	8	68	9	6	4	1
Vulgarização e Conhecimentos úteis			1		2	14	4	7	2	3
Livros de Ensino	2	16	44	86	83	138	79	137	176	53
Total	2	19	54	102	123	325	174	196	203	63

Fonte: Razzini (2004, p. 8).

A trajetória da Livraria Francisco Alves e seus desdobramentos em São Paulo, sede da mesma, mostram que a expansão da escola pública elementar criou condições muito favoráveis para a expansão editorial. Mostra também que seus editores se esforçaram para compreender e participar de todas as fases do circuito do livro escolar, desde a produção até o consumidor final. Esse circuito, ao mesmo tempo, possibilitou acessibilidade às novas técnicas de produção, aos agentes educacionais e às redes de sociabilidade. Para

isso, os donos de livrarias sabiam que naquela época era imprescindível estar presente no local onde o produto seria gerado, validado e consumido.

A fim de resolver casos de distribuição de última hora em São Paulo, para satisfazer necessidades mais urgentes, os Irmãos Maristas recorriam à livraria de Paulo de Azevedo, que representava em São Paulo o livreiro Francisco Alves com sede no Rio de Janeiro. Ambos, desde os primeiros anos, foram parceiros na distribuição nacional dos livros da FTD.

Depois da morte de ambos os sócios (Manuel Pacheco Leão em 24 de dezembro de 1913 e Francisco Alves em 29 de junho de 1917), a editora passou a ser dirigida por Paulo Ernesto de Azevedo, que permaneceu à frente da casa até 1941. Daí o uso da chancela “Livraria Paulo de Azevedo & Cia” nos livros didáticos, junto ou não com a denominação Livraria Francisco Alves. Além da matriz no Rio de Janeiro a livraria possuía filiais em São Paulo e em Belo Horizonte, o que garantiu uma boa distribuição dos livros da FTD nos grandes estados brasileiros no início do século XX.

Analisando-se a importância da Livraria Francisco Alves no mercado de didáticos e sua presença em grandes estados brasileiros, pode-se perceber que os Maristas não só tinham interesse em livrar-se da tarefa de distribuição de seus títulos, como também buscavam expandir sua coleção para os grandes centros do século XX. Além disso, como a Francisco Alves era uma empresa especializada e já com tradição em livros escolares, isso facilitaria de alguma forma a entrada da coleção FTD no mercado, uma vez que a Francisco Alves não investiria na distribuição de livros que não fossem de qualidade e que lhe garantisse lucro.

No período de estudo deste trabalho distinguem-se três fases quanto à distribuição dos livros didáticos da FTD. A primeira refere-se ao período de 1900 a 1910, no qual a distribuição era feita pelos próprios Irmãos da Congregação. A segunda, de 1910 a 1920, tem a Livraria Francisco Alves como responsável. A terceira fase, de 1920 até 1960, há uma diversificação de distribuidoras, ora aparecendo a Livraria Francisco Alves, acompanhada da Paulo de Azevedo e Cia, ora aparecendo apenas Paulo de Azevedo e Cia. Por esse motivo as diversas versões da história do livro no Brasil, ao se referirem aos didáticos maristas citam a Francisco Alves, a Paulo de Azevedo e a Tipografia Siqueira, muitas vezes não fazendo referência à editora FTD.

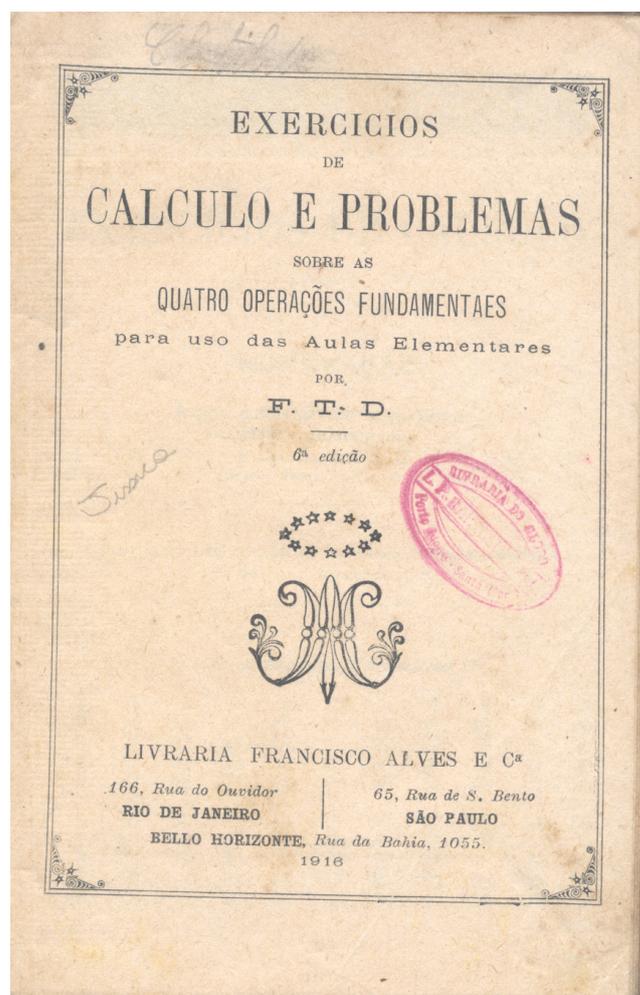
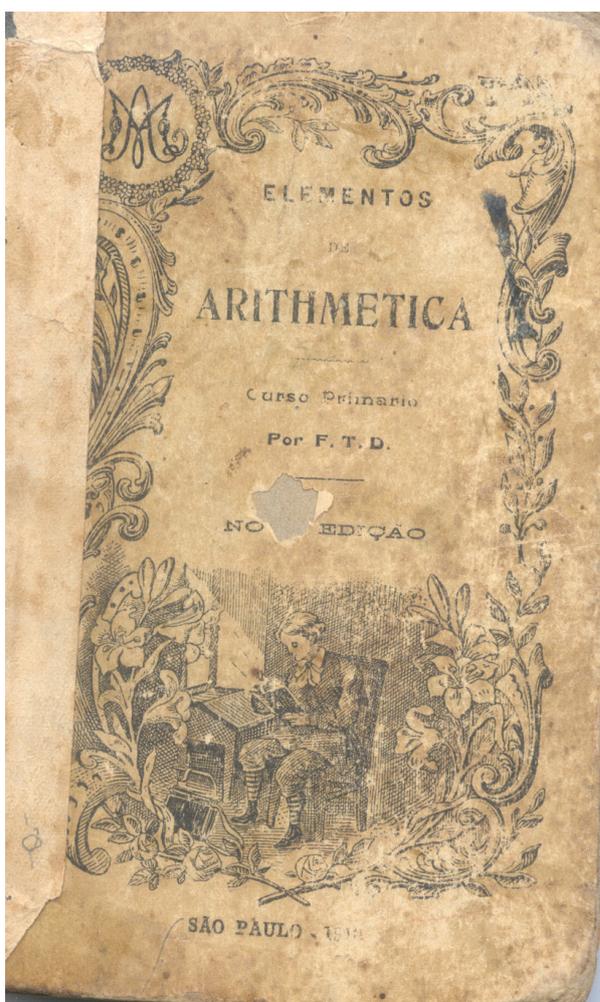
Do primeiro período, 1900 até 1910, encontramos seis títulos de didáticos da matemática da FTD¹⁷. Em todas as capas ou contra capas nada aparece em relação à distribuição, o que parece confirmar o fato de que até aquela data os livros eram distribuídos pelos próprios irmãos da congregação, por isso, não sendo necessário indicar o responsável por essa tarefa. (veja figura 1).

No período de 1910 a 1920, o responsável pela distribuição aparece como sendo a Livraria Francisco Alves, o primeiro sendo datado de 1913¹⁸. Lamenta-se não se ter encontrado nenhum livro do período de 1911 ou 1912, não se podendo afirmar o que ocorria nestas datas. Mas, especificamente a partir de 1913, a Livraria Francisco Alves aparece como responsável pela distribuição. Na figura 1 no livro *Exercícios de cálculo e problemas sobre as quatro operações para uso das aulas elementares*, editado pela FTD, 6ª edição, de 1916, apresenta em sua capa o distribuidor Francisco Alves.

¹⁷ *Geometria elementar - Curso Superior conforme os programmas completos do gymnasio nacional e das escolas secundarias*. São Paulo, 1908; *Trigonometria Elementar Conforme o programma do Gymnasio Nacional, exames parcellados, etc.* São Paulo, 1909; *Complementos de Álgebra para o uso dos alumnos do 4º anno dos Gymnasios*. São Paulo, 1909; *Complementos de Álgebra para o uso dos alumnos do 4º anno dos Gymnasios. Parte do Mestre*. São Paulo, 1909; *Geometria Elementar com noções de agrimensura e de nivelamento segundo os programmas officiaes*. São Paulo, 1910 e *Elementos de Arithmetica. Curso primário. Nova edição*. Por FTD. São Paulo, 1910

¹⁸ Encontramos seis títulos: *Elementos de Arithmetica para uso dos alumnos do curso secundário correspondente ao programma do Gymnasio Nacional das escolas normaes, etc.* 1913; *Elementos de Arithmetica Curso Superior programma de admissão a todas as escolas superiores*. 1915; *Exercícios de Calculo com Problemas sobre as operações fundamentais para uso das aulas elementares*. 1916; *Elementos de Arithmetica Curso Primário seguido de noções de morphologia geométrica, programma de admissão ao 1º anno do Gymnasio Nacional*. Quinta edição, 1918; *Geometria elementar Curso Médio com noções de agrimensura e nivelamento segundo os programas officiais*, 1920 e *Exercícios ou Problemas sobre as quatro operações para uso das aulas elementares*. Sem data.

Figura 1 - Capa do livro Elementos de Arithmetica de 1910 e sobrecapa do livro Exercícios de Cálculo e Problemas sobre as Quatro Operações Fundamentais de 1916.



Fonte: Elementos de Arithmetica – Livro do acervo pessoal da Prof.^a Dr.^a Maria Angela Miorim;
Exercícios de Cálculo e Problemas – Livro do acervo da autora.

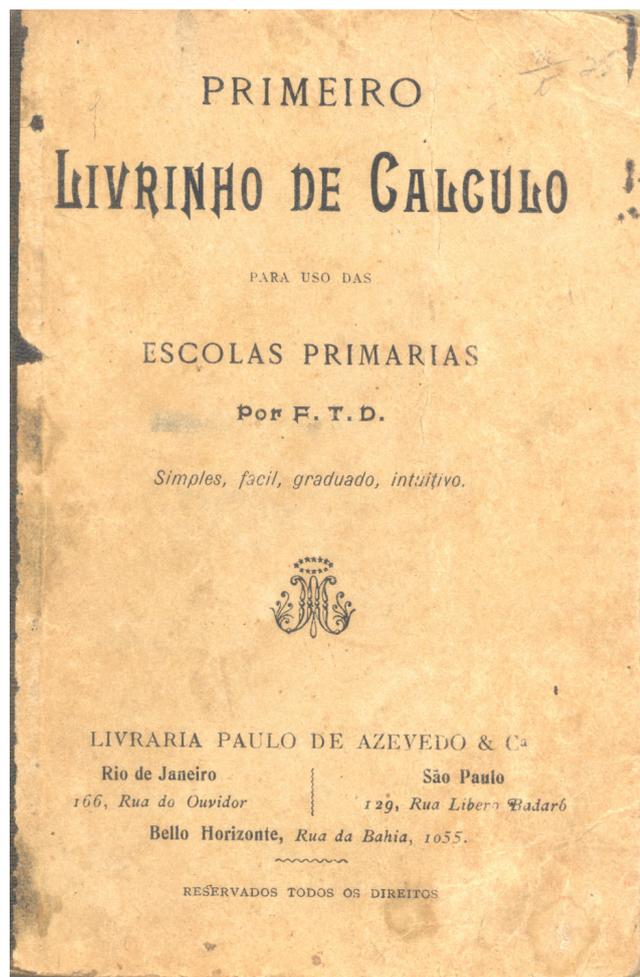
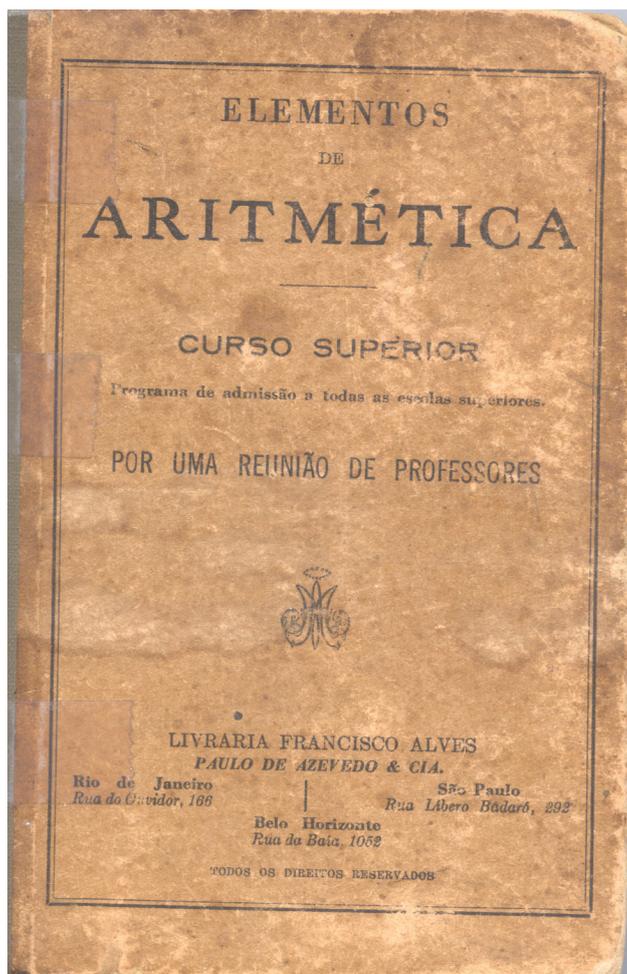
A partir de 1920, a distribuição é dividida entre duas empresas ora juntas ora em separado. Nesse período, encontramos oito títulos, sendo a maioria deles pós década de 30¹⁹ (veja figura 2). Existem livros em que somente aparece a Paulo de Azevedo e Cia, encontramos mais livros nessa situação do que na anterior, o que era esperado uma vez que este passa a ser o diretor da Livraria. Tendo a Paulo de Azevedo e Cia como empresa responsável, encontramos dezenove títulos²⁰. (veja figura 2).

Há nesse período apenas um livro em que aparece ainda como distribuidor a Livraria Francisco Alves. Trata-se do livro *Elementos de Arithmética – Curso Superior Programma de admissão a todas as escolas superiores*, 1923. Isto provavelmente teria acontecido ainda na fase de transição entre a morte de Francisco Alves e a direção de Paulo de Azevedo.

¹⁹ *Pontos de Filosofia Segundo os programas oficiais Tomo II: lógica*. São Paulo, 1924; *Geometria Curso Elementar programa do 2º ano seriado do Colégio Pedro II*. São Paulo, 1930; *Elementos de Arithmética Curso Superior programa de admissão a todas as escolas superiores*. 1937; *Álgebra Elementar Curso Superior para uso dos Colégios, ginásios e aspirantes a todas as escolas Superiores*. 1938; *Geometria Elementar segundo os programas de admissão a todas as Escolas Superiores*. 1941; *Álgebra Elementar para uso dos colégios, ginásios e aspirantes a todas as escolas superiores*. 1941; *Álgebra Elementar para as escolas normais, profissionais, de comércio, técnicas, etc.* 1947 e *Exercícios de Trigonometria - chave dos exercícios propostos no livro de trigonometria plana e esférica para o curso colegial e admissão às escolas superiores*. 1948.

²⁰ *Elementos de Arithmetica para uso dos alumnos do curso secundário correspondente ao programma do gymnasio nacional das escolas normaes, etc.* 1922; *Elementos de Arithmetica para uso dos alumnos do curso secundário correspondente ao programma do Collegio Pedro II, das Escolas normaes, etc.* 1922; *Álgebra Elementar Curso Médio para uso das escolas primarias e secundarias segundo os programas do gymnasio nacional das escolas normaes, etc.* 1923; *Geometria elementar Curso Superior segundo os programas de admissão a todas as escolas superiores*. 1924; *Elementos de Arithmética Curso Preparatório*. 1924; *Noções de Álgebra Curso Elementar 1ª e 2ª série do Colégio Pedro II*. 1924; *Primeiro Livrinho de Calculo para uso das escolas primarias*. 1924; *Geometria elementar Curso Superior segundo os programas de admissão a todas as escolas superiores*. 1924; *Álgebra Elementar Curso Médio das escolas primárias e secundárias segundo os programmas do Collegio Pedro II das Escolas Normais, etc.* 1925; *Álgebra Elementar Curso Médio das escolas primárias e secundárias segundo os programmas do Gymnasio Nacional das Escolas Normaes, etc.* 1926; *Elementos de Arithmetica Curso primário seguido de noções de morphologia geométrica, programma de admissão ao 1º anno do Collegio Pedro II*. 1927; Por Irº Isidoro Dumont, *Trigonometria elementar Programma do Collegio Pedro II seguida de noções de trigonometria espherica*. 1928; *Trigonometria elementar Programma do Collegio Pedro II seguida de noções de trigonometria espherica*. 1928; *Geometria curso elementar Programma do 2º anno seriado do collegio Pedro II*. 1930; *Pontos de Álgebra programa completo da 5ª série ginásial*. 1933; *Trigonometria Elementar Parte do Mestre*. 1933; *Pontos de Álgebra programa completo da 5ª série ginásial*. 1933; *Noções de Perspectiva Exacta para uso dos alunos das escolas secundárias e admissão as escolas superiores civis e militares*. 1936 e *Soluções e Respostas dos Exercícios e Problemas contidos no livro Elementos de Arithmetica para uso dos alumnos do curso elementar segundo os programmas do Gymanasio Nacional, das Escolas Normaes, etc.*, Sem data.

Figura 2 - Capa do Primeiro Livrinho de Cálculo de 1924 e Elementos de Aritmética de 1937



Fonte: Livros do acervo pessoal da Prof.^a Dr.^a Maria Angela Miorim.

1.2. Divulgação e autoria

Para atingir cifras de vendas significativas e garantir lucros por longos anos, as editoras empenharam-se na divulgação e na comercialização de obras por todo o território nacional. A disponibilidade do livro no mercado, incluindo várias formas de comercialização, tornou-se um aspecto fundamental para a garantia de sucesso do livro. Era necessário que o livro didático fosse acessível a alunos e professores, tanto em relação ao preço, como na possibilidade de sua apreciação e aquisição em vários estados do País.

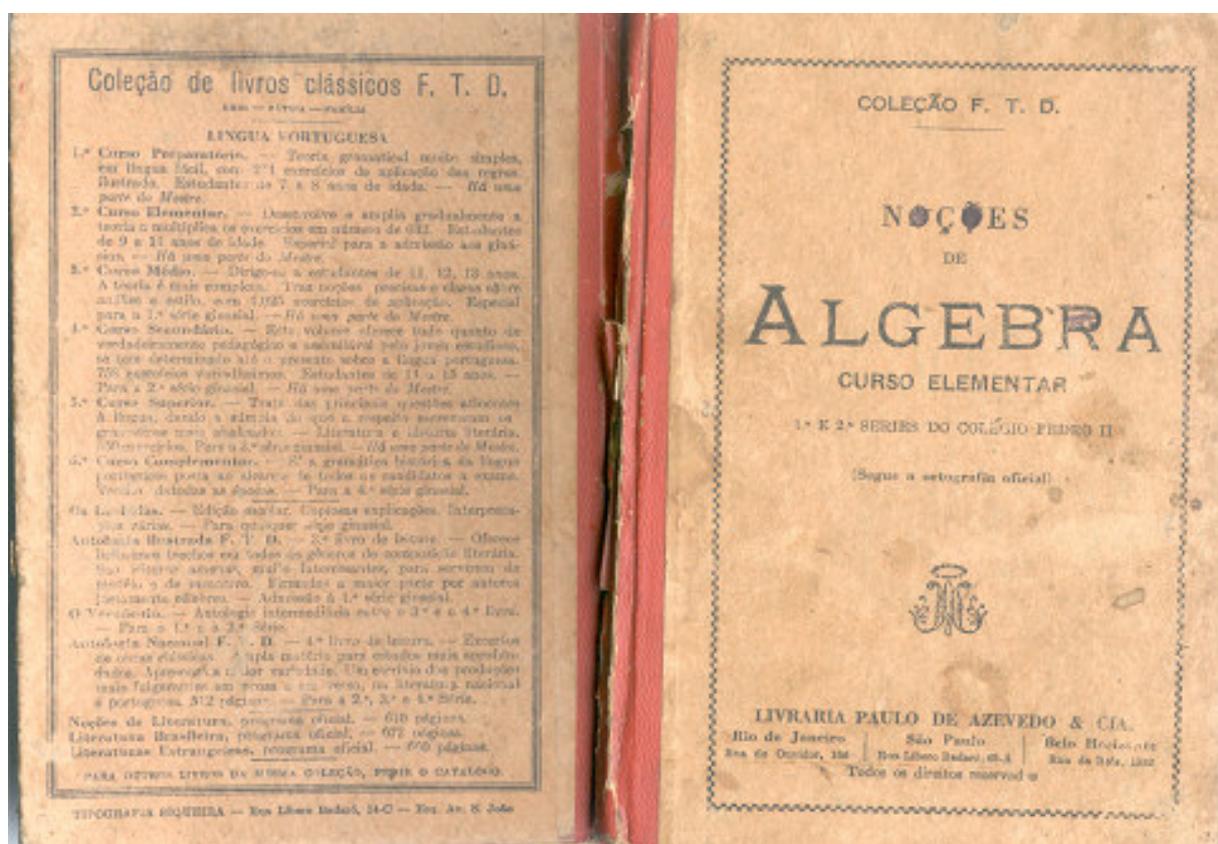
As editoras buscavam, então, espaços variados para a difusão e comercialização de seus produtos. As publicações de periódicos, almanaques e jornais traziam sempre propagandas de diversos materiais didáticos à venda em livrarias, não se limitando apenas a livros. Os periódicos faziam publicidade de cadernos, papéis, tintas e demais materiais didáticos que começaram a se constituir em mercadorias especiais na configuração de uma cultura escolar, distinguindo crianças e jovens pela posse de tais objetos. *Quando autores se encarregavam da publicação de seus próprios textos, tinham o hábito de enviar um exemplar aos próprios jornais, sendo que, várias vezes, os elogios jornalísticos eram incorporados nas edições sequenciais dos livros* (BITTENCOURT, 1993, p. 114).

A editora FTD, além de contar com a Livraria Francisco Alves, que disponha de uma divulgação própria por meio de catálogos enviados às escolas, jornais e revistas, dispunha ainda de uma publicação chamada *O Bibliographo*, que era enviada para a maioria das escolas fora dos grandes centros, apresentando catálogos ou listas de preços. Esta publicação era de responsabilidade da própria congregação, porém, infelizmente não tivemos acesso a nenhum exemplar desta publicação, para um maior esclarecimento sobre esse meio de comunicação usado pelos maristas.

Outra forma de divulgação utilizada pelos editores era a inclusão de catálogos nos próprios livros didáticos, apresentando ao público escolar suas edições ou obras que se achavam à venda em livrarias. No final do século XIX e início do século XX, os editores aproveitavam a contra-capas ou mesmo o final dos livros para tal finalidade. Nestes espaços eram encontradas referências da mesma disciplina a que se referia o título, bem como de outras.

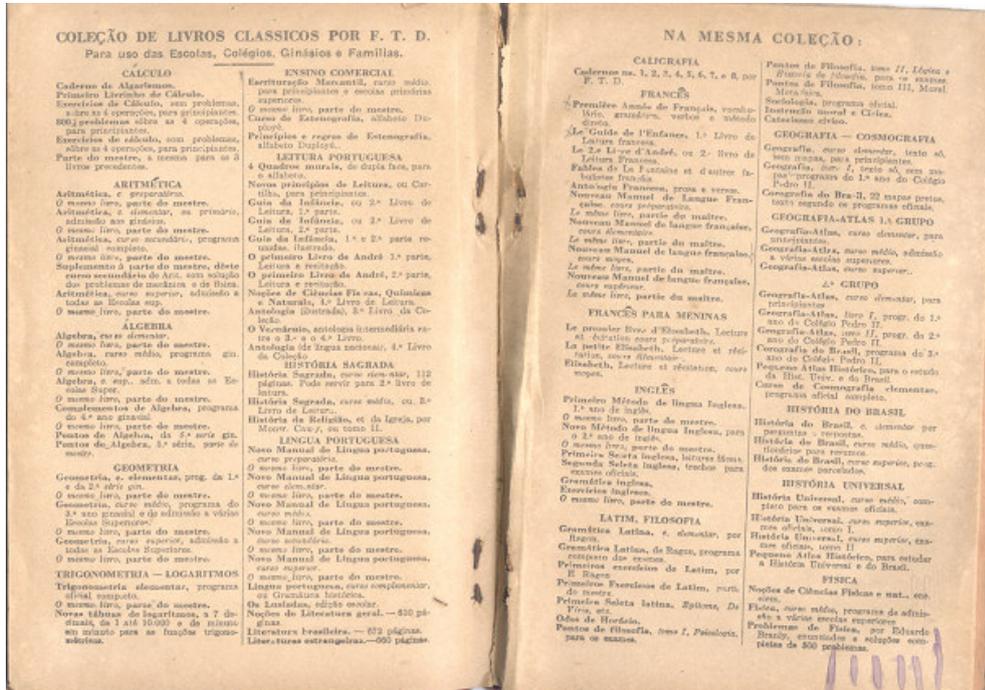
Nos livros de matemática são encontradas referências a outros títulos da mesma área e por vezes aparecem também de outras disciplinas. Por exemplo, no livro *Noções de Algebra Curso Elementar 1ª e 2ª series do colegio Pedro II. Coleção FTD. São Paulo: 1924* encontramos um dos maiores catálogos correspondendo a várias disciplinas, porém na maioria dos títulos de matemática só apareciam os demais livros da mesma disciplina. (Veja figuras 3 e 4).

Figura 3 - Capa do livro *Noções de Algebra de 1924*



Fonte: Livro do acervo pessoal da Prof.^a Dr.^a Maria Angela Miorim.

Figura 4 - Últimas páginas do livro *Noções de Algebra de 1924*



Fonte: Livro do acervo pessoal da Prof.^a Dr.^a Maria Angela Miorim

Um aspecto das práticas editoriais da FTD que merece ser ressaltado, diz respeito à autoria dos livros. Na maioria das vezes o autor não é identificado. Muitas vezes, em estudos sobre livros didáticos a figura do autor é deixada de lado como se este não tivesse participação na elaboração do mesmo e nem participação nos conflitos com os interesses editoriais.

Segundo autores que trabalham com a história do livro e especialmente com a história do livro didático, contemplados neste trabalho, como Bittencourt (2004), Halewell (2005), Valente (1997) e Chartier (1997), os primeiros autores de livros didáticos brasileiros estavam intimamente ligados ao grupo de intelectuais próximos ao poder do Estado. O perfil desses autores era de homens pertencentes à elite intelectual e política. Possuíam, portanto, estreitas ligações com o poder institucional responsável pela política educacional do Estado, não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecidos, mas porque estavam no lugar onde este mesmo saber era produzido.

A primeira interlocução que os autores estabeleciam era exatamente com o poder educacional institucionalmente organizado. O lugar de sua produção situava-se junto ao poder e realizava-se para consolidar o poder instituído por intermédio dos colégios destinados à formação das elites, dialogando com intelectuais e políticos responsáveis pela política educacional.

A Escola Militar instalada no Rio de Janeiro, em 1810, responsável pelo ensino de ciências matemáticas teve um papel importante no abrigo de autores de livros didáticos de matemática, porém, estes se limitaram na maior parte das vezes a realizar traduções, ou adaptações de textos estrangeiros ou, preferencialmente, recorriam às obras produzidas em Portugal, assim como outros autores do mesmo período já o faziam.

Segundo Bittencourt (2004, p. 479), os séculos XIX e XX marcaram a forte ligação entre o poder institucional e a figura do autor, sendo este, em princípio, um seguidor dos programas oficiais propostos pela política educacional. Além dessa vinculação aos ditames oficiais, o autor era dependente do editor, do fabricante do seu texto. Esta dependência que ocorre em vários momentos, inicia-se pela aceitação da obra para publicação e em todo o processo de transformação do seu manuscrito em objeto de leitura, um material didático a ser posto no mercado.

Encontramos esta mesma dependência nos livros didáticos do século XXI, sujeitos aos processos de aceitação e aprovação do MEC, além disso, para agilizar a produção e criar padrões uniformes para o livro didático diluiu-se a figura do autor por intermédio da compra de textos de vários escritores. Desse modo, não se pode mais identificar quem efetivamente escreveu o texto.

O livro didático é considerado muitas vezes como uma obra “menor”, um trabalho secundário no currículo acadêmico, porém o retorno financeiro considerável que ele traz, sobretudo no caso de países como o Brasil, com um expressivo público escolar em um mercado assegurado pelo Estado na compra e distribuição de livros para escolas públicas, o torna uma ferramenta de aquisição de lucro pelas editoras e autores. Os autores são, na maioria dos casos, vistos pelo seu papel de escritor de obras marcantes, personalizadas e representativas na formação de determinadas gerações de alunos. Experiência didática é um fator importante e daí a preferência dos editores por professores e certa desconfiança em relação aos intelectuais renomados.

Os livros didáticos de matemática da editora FTD, na sua grande maioria não apresentavam o nome do autor. Agindo desta maneira, os Maristas deixavam suas obras como obra da Congregação e não como obra específica de um único Irmão. Nas capas dos livros encontramos os dizeres “Por FTD” ou “Por uma reunião de professores”.

Sem aparecer para o grande público, alguns Irmãos Maristas eram responsáveis pela escrita dos originais das obras. Muitos trabalhavam num colégio interno destinado à formação de novos Irmãos, situado numa fazenda do município de Mendes, no estado do Rio de Janeiro (ADORÁTOR, 1916, p. 310).

No Quadro 5 observa-se que alguns títulos, ao contrário do que se esperava, apresentam o nome do autor, especificamente o Irmão Isidoro Dumont, que era licenciado em matemática na França e dedicou-se pessoalmente à produção de livros de aritmética, álgebra, geometria, trigonometria e outros. Adorátor (1916, p. 512) escreve que mesmo quando os livros de matemática não eram escritos pelo Irmão Isidoro Dumont este se encarregava de analisá-los verificando se estavam de acordo com o que este considerava necessário nos livros de matemática da coleção FTD: um livro simples, fácil, graduado, intuitivo e repleto de exercícios.

Quadro 5 - Autor dos livros didáticos de matemática da FTD (1908 – 1948)

Título	Data	Autor
Geometria Elementar Curso Superior	1908	
Complementos de Álgebra	1909	Por FTD
Complementos de Álgebra – Parte do Mestre	1909	Por FTD
Trigonometria Elementar	1909	Por FTD
Elementos de Arithmetica	1910	Por FTD
Geometria Elementar	1910	
Elementos de Arithmética do Curso Secundário	1913	Por FTD
Elementos de Arithmetica Curso Superior	1915	Por uma reunião de professores
Exercícios de Calculo com Problemas sobre as operações fundamentais	1916	Por FTD
Elementos de Arithmetica Curso Primário	1918	
Geometria Elementar	1920	
Elementos de Arithmética Curso Secundário	1922	Por FTD
Elementos de Arithmética Curso Secundário	1922	Por FTD
Álgebra Elementar Curso Médio	1923	
Elementos de Arithmética – Curso Superior	1923	
Primeiro Livrinho de Calculo	1924	
Geometria Elementar Curso Superior	1924	
Pontos de Filosofia	1924	
Noções de Algebra	1924	
Elementos de Aritmética	1924	Irmão Isidoro Dumont
Geometria Elementar Curso Superior	1924	Por uma reunião de professores
Geometria Elementar Curso Superior	1924	Irmão Isidoro Dumont
Geometria Elementar Curso Médio	1925	Irmão Isidoro Dumont
Álgebra Elementar Curso Médio	1925	
Álgebra Elementar Curso Médio	1925/26	
Elementos de Arithmetica Curso Primário	1927	
Trigonometria Elementar	1928	Por FTD
Trigonometria Elementar	1928	Capa: Por FTD, Contra capa: Irº Isidoro Dumont
Geometria Curso Elementar	1930	Por FTD
Geometria Curso Elementar	1930	Por FTD
Trigonometria Elementar Parte do Mestre	1933	
Pontos de Algebra	1933	Por FTD
Trigonometria Elementar	1933	Por FTD
Noções de Perspectiva Exacta	1936	
Elementos de Aritmética Curso Superior	1937	Por uma reunião de professores
Álgebra Elementar	1938	
Respostas dos Exercícios e Problemas contidos no livro Elementos de Arithmetica	19--	Por FTD
Geometria Elementar Curso Superior	192?	Irmão Isidoro Dumont
Geometria Elementar Curso Superior Parte do Mestre	1941	
Álgebra Elementar Curso Superior Parte do Mestre	1941	
Álgebra Elementar Curso Médio	1947	Irmão Isidoro Dumont
Exercícios de Trigonometria Parte do Mestre	1948	Irmão Isidoro Dumont

Fonte: A autora

O Irmão Isidoro Dumont foi diretor da escola de Congonhas do Campo e, segundo Bittencourt (2004), era hábito de diretores de escolas particulares brasileiras, desde o século XIX, se dedicarem à composição de livros escolares. A mesma autora cita como exemplo o Prof. Antonio Álvaro Pereira Coruja, considerado o autor da primeira gramática escolar brasileira, publicada em 1835, no Rio Grande do Sul, que manteve na Corte o Colégio Minerva e lá publicou livros escolares de variadas disciplinas. O mesmo acontecia em outros países, em particular na França, cujo controle do Estado era menor com relação aos livros produzidos por instituições particulares.

Apenas Irmãos da Congregação podiam escrever os livros da editora FTD. A contratação de autores não maristas só ocorreu em 1963, quando o Irmão Savério Ronchi contratou alguns professores universitários. A partir desse momento, o nome do autor aparece na capa dos livros, não sendo mais exclusividade dos Irmãos da Congregação.

2. Os livros didáticos de matemática da editora FTD

A coleção de livros didáticos de matemática da congregação marista originou-se na França, assim como muitos outros títulos publicados pela congregação, quando a expansão de suas escolas abriram caminho para que os Irmãos Maristas pensassem na criação de seus próprios livros, que deveriam conter em suas páginas aquilo que eles acreditavam ser necessário para que as ideologias de Champagnat fossem alcançadas.

Muitos dos livros didáticos escritos pelos irmãos da congregação foram sendo criados conforme os maristas sentiam alguma necessidade pedagógica não suprida em outros livros didáticos. O primeiro livro didático marista escrito na França em 1828 surge exatamente dentro desse contexto tentando de alguma forma resolver algumas carências que Marcelino Champagnat acreditava que dificultavam o processo de ensino-aprendizagem. Ele mesmo foi o responsável por escrevê-lo:

Depois de muitas tentativas e experiências sobre métodos ou maneiras de ensinar a ler, convenceu-se (Marcelino Champagnat) de que a antiga pronuncia das consoantes

multiplicava as dificuldades da leitura e retardava o progresso do aluno. Não hesitou em mudar a rotina e adotar um método mais rápido e mais racional. Publicou uma obra sobre a teoria e a prática desse método com o título *Princípios de Leitura* (MEGALE, 2003, p. 28).

Princípios de Leitura foi considerado pela congregação como o primeiro livro didático francês marista. Depois dele seguiram-se muitos outros: *Gramática Francesa* com redação do Irmão Louis – Marie, que vinha acompanhado de um livro de exercícios; *Aritmética* e uma série de cadernos sob o título de *Métodos de Caligrafia*.

A criação de novas normas para a educação na França, as novas exigências da estruturação das escolas – com habilitação específica dos professores por disciplina e por nível de ensino –, a liberdade dada às escolas particulares, incluindo as confessionais, na redação de seus textos didáticos e o crescimento da Congregação Marista levaram os administradores a incentivarem que os próprios irmãos da congregação escrevessem livros das diversas disciplinas para uso nas suas escolas e em outras.

Em 1883, *Frère Théophane Durand*, assumiu a direção geral da Congregação Marista. Foi ele quem mais deu incentivos aos Irmãos para escreverem obras didáticas sobre todas as disciplinas. Quando *Frère Théophane Durand* assumiu a direção geral da Congregação Marista, existiam 50 títulos publicados. Mesmo tendo um número expressivo de títulos, ele estimulou os irmãos a escrevessem mais obras e ainda livros de outras disciplinas. Estes livros reunidos com edições mais antigas já escritas pelos Maristas passaram a integrar o que os irmãos maristas chamaram de “Coleção de Livros Didáticos FTD”.

A sigla FTD foi uma homenagem a *Frère Théophane Durand*, devido ao seu grande empenho e incentivo ao crescimento e desenvolvimento das obras didáticas, bem como à sua dedicação para que estas não só fizessem parte das escolas maristas, mas que fossem utilizadas em escolas particulares e públicas francesas. Os livros desta primeira coleção, segundo Megale (2003), eram adotados tanto nas escolas maristas, como nas

escolas particulares e públicas da França, bem como em países onde os maristas passaram a trabalhar, inclusive no Brasil.

Quando os maristas chegaram ao Brasil encontraram apenas tratados isolados e a Coleção FIC²¹ (MEGALE, 2003, p. 41), outra editora francesa, traduzida pela Maison Garnier, muito utilizada no Colégio Pedro II. Porém, os irmãos da congregação achavam seus preços exorbitantes e a coleção incompleta.

Estes motivos teriam representado um incentivo para que os irmãos maristas aqui instalados começassem a pensar numa forma de editar no Brasil suas coleções a preços menores e mais completas que a coleção FIC. Os primeiros maristas que ministraram aulas no Brasil, especificamente em Congonhas do Campo, encontraram muitas dificuldades devido à ausência de livros e à falta de adaptação à língua. É possível imaginar o quão difícil devia ser ministrar aulas de português por professores franceses, além do mais sem material didático ao qual estavam acostumados em suas escolas francesas: “(...) Estamos sem experiência, muito fracos em português. (...) E depois não é condizente o nosso preparo. Não temos livros...” (ADORÁTOR, 2003, p. 130).

Para tentar solucionar o problema com os livros, o Irmão Andrônico, diretor da escola de Congonhas do Campo, iniciou a tradução e adaptação de alguns livros da FTD francesa. Irmão Andrônico era formado em matemática na França, motivo que o levou a traduzir e/ou adaptar primeiramente os livros de matemática.

A primeira tradução feita pelo Irmão foi o livro *Exercícios de Cálculo sobre as Quatro Operações*, já acompanhado de problemas. Este livro é considerado o primeiro livro didático produzido pela FTD no Brasil, porém sua impressão foi feita em outro país: “na falta de boas gráficas no país, o livro foi impresso na França”, assim como boa parte de sua coleção durante o início do século XX (site FTD, 28/06/05). A diferença encontrada entre o original e a tradução está apenas no fato de que no original os problemas eram apresentados num livro separado.

²¹ Congregação Frères de l’ Instruction Chrétienne. Como os exames finais dos ginásios, desde a época do império, baseavam-se nos grandes tratados franceses como a coleção FIC, que foi traduzida por Eugenio Raja Gabaglia, essas obras acabaram tendo enorme importância no ensino secundário (SILVA, 2000, p. 156).

Depois deste, os maristas se dedicaram à tarefa de traduzir e/ou adaptar os livros franceses que possuíam, tentando de alguma forma contemplar a realidade cultural de seus novos alunos. Para essa tarefa lembravam-se sempre das dificuldades que haviam encontrado no início de suas instalações devido principalmente às diferenças culturais.

Além dos livros de matemática trataram de criar textos para o ensino da língua portuguesa, de História e de Geografia do Brasil. Segundo Bittencourt (1993), a criação de obras de Geografia e História do Brasil teriam sido a única forma que as editoras encontraram para que suas obras tivessem um caráter nacional.

Em 1902 os maristas da Província do Brasil Central, sobretudo por iniciativa dos Irmãos Andrônico e Isidoro Dumont, deram os primeiros passos para recriar aqui no Brasil a coleção francesa de livros didáticos da congregação e com isso, a necessidade de se criar uma editora que pudesse servir de referência para seus títulos. Surge então, a editora intitulada FTD, mesmo nome utilizado pela congregação na França. Apesar de a intitularem como editora ela não era responsável pela impressão e distribuição, mas apenas pelo trabalho de editoração. Os irmãos da congregação eram os responsáveis pela escrita dos livros (autores) e pelas revisões necessárias.

Quando os irmãos Maristas vieram para o Brasil, todos os livros utilizados em suas escolas eram escritos por Irmãos da própria Congregação e após enfrentarem todas as dificuldades nos dez primeiros anos, principalmente no que se refere às diferenças culturais, perceberam que os livros utilizados em suas escolas francesas precisariam de alguma maneira se adaptar a essa nova cultura para assim condizer com a nova realidade que encontraram. Segundo Megale (2003 p. 35):

(...) desde o princípio de sua chegada os Maristas que escreviam as obras da "Coleção FTD" tinham o claro intuito de que as obras publicadas fossem bem adaptadas à cultura brasileira e para isso os Maristas solicitavam 'adequar rigorosamente os livros europeus à cultura e aos usos locais'.

Apesar disso, alguns autores parecem não concordar com a adequação das obras maristas ao contexto brasileiro. Bittencourt (2004, p. 487), por exemplo, afirma que a editora FTD apesar de ter sido uma das maiores contribuições católicas no mercado de livros didáticos foi também uma das maiores opositoras ao processo de nacionalização do livro didático:

(...) As obras didáticas, de caráter marcadamente europeu, compuseram um acervo didático que se opôs à tendência “nacionalista” então em voga. Os autores anônimos da FTD começaram a disseminar livros impressos no exterior, traduções que em sua maioria foram sendo consumidas pelo número crescente de escolas confessionais católicas no início do século XX. A questão do “nacionalismo educacional” encontrou em tais autores verdadeiros opositores, incluindo as questões metodológicas e pedagógicas, com muitas obras mantenedoras do método catequético organizado com perguntas e respostas.

Apesar de Bittencourt (2004.) afirmar que muitas das obras maristas eram compostas pelo método de perguntas e respostas, não encontramos tal método nos livros de matemática por nós analisados. Nestes livros, encontramos teorias concisas, mas muito bem apresentadas, de forma clara e acessível aos alunos e que apresentam um grande número de exercícios e problemas que muitas vezes refletem situações do cotidiano do aluno.

Segundo a mesma autora foi justamente no início do século XX, período em que a Congregação Marista vem para o Brasil, que surgiram muitas críticas em relação aos livros didáticos estrangeiros, sobretudo aos livros portugueses. Estas se referiam principalmente ao uso de termos desconhecidos do público brasileiro. Insistia-se na necessidade de produzir livros com temas sobre o País, sua natureza e costumes, ou seja, livros que fossem realmente brasileiros, escritos e editados por estes.

As propostas de “nacionalização” da obra didática eram defendidas pelo grupo de educadores favoráveis ao domínio do Estado na escola pública, em detrimento do poder da Igreja, evidenciando conflitos de setores em luta pelo poder no nível central ou para obter o controle político nas esferas regionais. A igreja era uma das principais responsáveis pelas escolas particulares do século XX, sendo que muitas dessas escolas foram fundadas por congregações européias.

Os apelos para que os livros didáticos fossem escritos por autores brasileiros, contendo elementos sobre o país, sua natureza e costumes, ou seja, para a “nacionalização” dos livros didáticos foi um importante incentivo para que autores brasileiros começassem a pensar na possibilidade de escrever seus próprios livros. Com a valorização dos livros didáticos dignamente brasileiros os autores teriam a possibilidade de lucrar com a venda destes livros e de ter suas obras valorizadas em relação às obras européias tentando mostrar que seriam capazes de escrever livros que fossem competitivos com os europeus.

Segundo Piletti (1990, p. 55) a partir da década de 20 essa dependência européia não agradava parte dos nossos intelectuais sendo necessário buscar mudanças para a valorização de nossa cultura: *a dependência cultural de modelos europeus, alienados do Brasil, levou uma parte dos nossos intelectuais a se revoltarem e, através da Semana de Arte Moderna, em 1922, propõem uma cultura autenticamente brasileira.*

Dentro desse contexto de discussão sobre a valorização da cultura brasileira em detrimento da européia, a Congregação Marista com sua editora FTD, produziu muitos livros dentre eles a coleção de matemática brasileira da FTD que incluía até 1917, os seguintes títulos: *Caderno de Algarismos*, *Primeiro Livrinho de Cálculo* (ensino intuitivo da numeração e das quatro operações ilustrado), *Exercícios de Cálculo sem Problemas* (sobre as quatro operações), *Exercícios de Cálculo com Problemas* (sobre as quatro operações) e quatro volumes de *Aritmética* – curso preparatório (numeração, quatro operações, sistema métrico), curso elementar (admissão aos ginásios), curso secundário (programa ginásial) e curso superior (admissão às escolas superiores). Estes quatro últimos substituíram, em virtude das reformas de programas, os antigos *Elementos de Aritmética*, curso elementar (primário e admissão ao ginásio) e *Elementos de Aritmética*,

Os livros didáticos da FTD de matemática, do início do século XX, eram divididos em Álgebra, Geometria, Aritmética e Trigonometria. No início do século XX, tanto no nível primário quanto no secundário não havia a disciplina intitulada Matemática. Eram ensinadas as disciplinas estanques de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria. Da mesma forma, eram elaborados os livros-texto, que apresentavam no título pequenas variações, tais como: Elementos de Álgebra, Tratado de Aritmética, Lições de Aritmética. Foi somente em 1929 que as diferentes sub-áreas foram unificadas numa única disciplina que levou o nome de Matemática e passou a ser ensinada em todas as séries da escola primária e secundária.

Adorátor (1916, p. 595) conta como eram as coleções de Aritmética, Álgebra e Geometria nas duas primeiras décadas do século XX e quem foram os responsáveis pela sua elaboração, sendo o Irmão Isidoro Dumont o principal responsável pela tradução e/ou adaptação dos livros de matemática desse período:

(...) graças ao Irmão Isidoro Dumont os livros de aritmética para os alunos do primário e do secundário têm vindo com rapidez e qualidade. Recentemente apareceu aritmética para o Curso Superior, de modo que os quatro livros publicados formem um curso completo de Aritmética acompanhado de exercícios que respondem às exigências dos programas e familiarizando os alunos pela multiplicidade dos exercícios, à perfeita compreensão das teorias como a rapidez dos cálculos.

Percebe-se pela citação acima que o Irmão Isidoro Dumont traduzia os livros de aritmética de acordo com a expansão das escolas maristas e de acordo com a legislação vigente. Primeiro vieram os livros do primário e do secundário e depois a tradução do livro do curso superior, sempre levando em consideração os programas oficiais. Isso nos mostra a preocupação com a adaptação de seus livros já publicados na França com a legislação

brasileira, garantindo que estes fossem aprovados e que pudessem ser usados em outras escolas não pertencentes à Congregação Marista.

Segundo os catálogos encontrados nos livros didáticos de matemática a Coleção FTD de aritmética continha os seguintes títulos: *Aritmética: curso preparatório, numeração, 4 contas, sistema métrico; Aritmética: curso. elementar, ou primário, admissão aos ginásios; Aritmética: curso secundário programa completo do Colégio Pedro II; Aritmética, curso superior, admissão a todas as Escolas Superiores*. Todos os títulos possuíam o livro do mestre.

Após a coleção de livros de Aritmética, surgiria a coleção de Álgebra, cujos títulos foram sendo traduzidos e adaptados conforme as necessidades dos programas oficiais brasileiros. Estes livros, segundo Adólator (1916, p. 595), *eram muito apreciados pela sua concisão e pelo seu preço*

Contêm em um pequeno volume todas as matérias do programa com milhares de exercícios que conduzem o aluno a uma grande habilidade na manipulação das fórmulas. Os exercícios são variados. Iniciando o aluno aos diversos artifícios do cálculo, ajudando-os a possuir contato com os diversos tipos de perguntas feitas nos exames. Conforme os programas faziam uma ligeira incursão no domínio da Álgebra Superior, o Irmão Isidoro Dumont com o programa em mãos preparou em algumas semanas um Complemento de Álgebra onde são tratadas todas as perguntas que figuram neste. Este complemento muito sucinto viria a se tornar um verdadeiro Curso de Álgebra Superior.

A coleção de Álgebra era composta pelos seguintes títulos: *Álgebra: curso elementar; Álgebra: curso médio programa ginásial completo; Álgebra: curso superior admissão a todas as Escolas Superiores; Complementos de Álgebra: programa do 4º ano*

ginasial; Noções de Álgebra: curso elementar 1ª e 2ª série do Col. Pedro II; Pontos de Álgebra, da 5ª série ginasial. Todos os títulos possuíam o livro do mestre.

A coleção de geometria era composta pelos seguintes títulos: *Geometria: curso elementar programa aa 1ª e da 2ª série ginasial; Geometria: curso médio programa do 3º ano ginasial admissão às Escolas Superiores; Geometria: curso superior admissão a todas as Escolas Superiores.* Dentro da disciplina de Geometria apareciam dois livros que os maristas chamavam de livros de Desenho: *Perspectiva exata: programa oficial 3ª 4ª e 5ª séries ginasiais; Perspectiva de Observação: programa oficial; para mestres e alunos adiantados.* Todos os títulos possuíam o livro do mestre.

Além das coleções de Aritmética, Álgebra e Geometria a FTD ainda continha um livro de Trigonometria: *Trigonometria elementar, programa oficial completo,* havia o mesmo livro parte do mestre. Junto desse livro aparece nos catálogos o livro: *Novas tábuas de logaritmos, a 7 decimais, de 1 até 10000 e das funções trigonométricas,* este livro viria a ser um dos mais conhecidos da editora FTD. Sempre que me referia ao trabalho sobre a editora, as pessoas entrevistadas logo se lembravam do pequeno livrinho de logaritmos.

Os livros didáticos de matemática da FTD tiveram numerosas reedições. Um dos exemplos mais significativos é o que ocorre com os livros de *Geometria Elementar com noções de agrimensura e de nivelamento, segundo os programmas officiaes.* Nova edição. São Paulo: 1910 e *Geometria Elementar com noções de agrimensura e de nivelamento, segundo os programmas officiaes.* Terceira edição. 1920.

Os dois livros se referem ao mesmo conteúdo, além disso, a edição de 1910 já se refere a uma nova edição mostrando que este já tinha sido editado em algum ano anteriormente. Como geralmente o número da edição não aparece em nenhum lugar do livro, não se sabe se essa nova edição se refere à 2ª ou se os maristas usavam apenas reimpressões. O fato de haver numerosas edições pode indicar o largo uso da série durante várias décadas nas escolas brasileiras, porém é difícil saber se estas reedições foram devido ao crescente número de alunos nas próprias escolas da congregação ou se os livros da FTD estavam sendo usados em outras escolas particulares e públicas como afirmam muitos autores, por exemplo Bonetto (1999, p. 119):

A editora veio suprir a demanda de livros europeus pelos novos colégios católicos criados no Brasil. Os próprios maristas, donos da editora, fundam suas escolas (...) Os didáticos da Coleção FTD foram utilizados (sic) como já dissemos em escolas católicas e, ao que parece, generalizaram seu uso por demais liceus provinciais, escolas normais e preparatórios etc....

Além dos livros de matemática da FTD terem sido adotados por outras escolas que não fossem da própria congregação, eles serviram de inspiração para outros autores. Bonetto (1999, p. 129), ao analisar as representações gráficas presentes no livro *Álgebra Elementar* de 1921, observa semelhanças com outros livros didáticos, que o levam a afirmar que: “os gráficos apresentados neste livro serviram de inspiração para outros autores sendo que eles aparecem na íntegra ou parcialmente em outros livros didáticos”.

Valente (1997, p.182), não apenas confirma como amplia a conclusão de Bonetto (1999), ao afirmar que algumas características dos livros da Coleção FTD foram seguidas por outros autores.

(...) livro para uso dos alunos; livros onde se destacam, na maioria das vezes, uma abundante quantidade de exercícios; livros que procuram atender os diferentes graus de ensino; livros que passam a utilizar referência nacional para construção de seu texto (sobretudo o programa do Colégio Pedro II); livros indicados por faixa etária; livros onde há graduação de exercícios. Livros que têm sempre um guia para o professor: os Livros do Mestre. Além disso, livros impressos em pequeno e prático formato com tipos de diferentes tamanhos facilitando a leitura e colocando fórmulas, figuras e títulos em destaque etc.

O fato de os livros didáticos de matemática da editora FTD terem servido de inspiração para outros autores aponta para a importância que a coleção teve no contexto editorial brasileiro do início do século XX.

As características dos livros didáticos de matemática da FTD brasileira foram propagadas por Champagnat desde os primórdios educacionais da Congregação Marista na França. Dentre essas características, está a opção pelo método intuitivo, que era naquele período defendido por vários educadores vinculados a propostas educacionais menos conservadoras e adotado por congregações religiosas em suas escolas.

O método intuitivo valoriza a intuição, a observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar. O uso da imagem é considerado como um importante recurso pedagógico por esse método, sendo entendido como um facilitador do processo de ensino-aprendizagem.

Uma característica fundamental dos livros da coleção FTD, já enfatizada por alguns autores mencionados anteriormente, era o número expressivo de exercícios. Esta característica é enfatizada pelos defensores do método intuitivo, uma vez que por meio de exercícios é possível estabelecer ligações com situações práticas.

Embora o método intuitivo é claramente vislumbrado no ensino das ciências naturais, uma vez que as temáticas abordadas por essa área podem ser apresentadas *aos alunos de modo atraente e prático, com a atenção voltada para a compreensão dos usos industriais dos elementos naturais e do trabalho desenvolvido pelo homem para este fim*, o ensino de geometria e do cálculo possibilita aplicações em situações cotidianas e no uso de objetos concretos.

A geometria (...) se presta a inúmeras atividades escolares, todas derivadas de suas aplicações cotidianas e, até mesmo o ensino de cálculo, essencialmente abstrato, tem como ponto de partida o manuseio de objetos para a aprendizagem dos números, podendo constituir-se, portanto, numa lição intuitiva (VALDEMARIN, 2004, p.109)

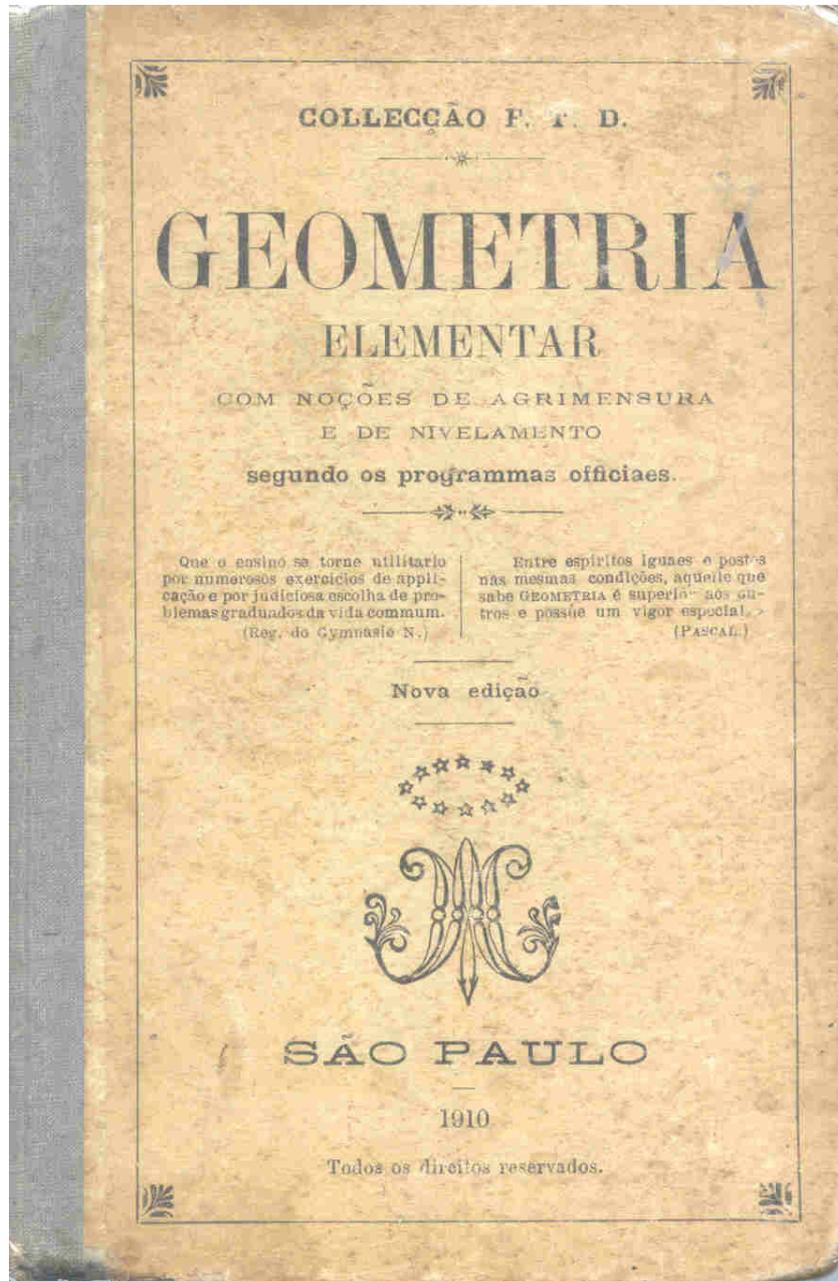
Principalmente nos livros de Geometria, uma criação do Irmão Isidoro Dumont, que contemplam a proposta marista, especialmente, pela *sua concepção, sua disposição das matérias e pelo método seguido*, os exercícios são muito explorados, embora o objetivo central seja a preparação aos Exames.

Convém perfeitamente aos alunos que se preparam aos Exames, porque permite aprender rapidamente e de recapitular freqüentemente. Foi inspirado na frase: “a recapitulação é a alma do ensino”. A Geometria FTD é acompanhada de numerosos exercícios numéricos e gráficos extremamente interessantes. Um livro do mestre oferece todas as soluções amenizando assim o tempo do professor, tornando este mais agradável. É o primeiro livro de Geometria posto em circulação em condições extraordinárias de mercado (ADORÁTOR, 1916, p. 595)

A importância dos exercícios para um ensino utilitário, no entanto, é enfatizado nas capas de livros de geometria da FTD. Nos livros analisados de geometria da editora, de diferentes períodos, encontramos na capa um trecho que deixa bem claro esta preocupação, veja figuras 6 e 7, onde são reproduzidas as capas de dois livros de Geometria, um de 1910 e outro de 1920 com os dizeres: *Que o ensino se torne utilitário por numerosos exercícios de aplicação e por judiciousa escolha de problemas graduados da vida comum. (Reg. De Ginasio N.).*

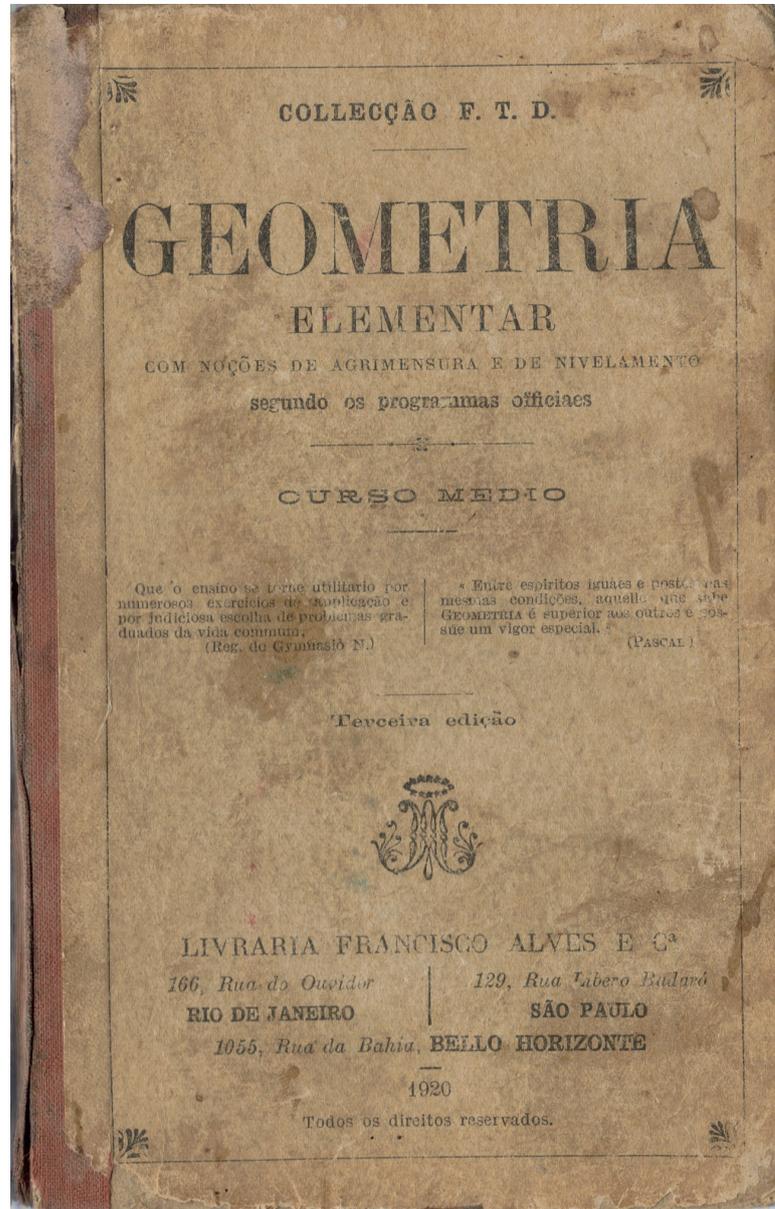
Além disso, verifica-se que em todos os livros tanto de geometria, como de álgebra, aritmética ou trigonometria os exercícios se encontravam em número que variava entre duzentos e seiscentos.

Figura 6 - Capa de Geometria Elementar – 1910



Fonte: Exemplar do acervo da autora.

Figura 7 - Capa de Geometria Elementar – 1920



FONTE: Exemplar do acervo da Biblioteca da Faculdade de Educação da USP²².

²² Pesquisadores do Centro de Memória da Educação da Feusp realizaram a organização de um acervo de livros didáticos das diversas disciplinas escolares constituídas a partir do início do século XIX. Paralelamente à organização da Biblioteca do Livro Didático.

Percebe-se então que os maristas não estavam somente preocupados com um número expressivo de exercícios, mas que estes contivessem conteúdos que além de serem apresentados de forma gradual – do simples ao mais complexo - também representassem a realidade da vida dos alunos, apresentando problemas que indicassem situações do cotidiano destes.

Na figura 8 apresentamos alguns problemas retirados de livros de matemática da FTD que mostram a preocupação marista em se colocar situações problemas do cotidiano do aluno, como é o caso dos problemas nº 720 e 722 que se referem a situações de pagamento de aluguel e mesmo de salário. Muitos desses problemas eram ilustrados para dar uma maior ênfase ao enunciado e para que o aluno pudesse visualizar a situação apresentada, como é o caso do problema nº 731 onde aparece a figura de um menino andando de bicicleta para ilustrar a situação problema apresentada, sendo a bicicleta um meio de transporte muito usado pelas crianças em seu dia a dia.

Já nos problemas 115a, 116a e 117a percebemos que os enunciados se referem a distâncias relativas a cidades brasileiras, este fato pode representar um indício da adaptação dos livros franceses da coleção e conseqüentemente a tentativa de nacionalização da coleção a cultura brasileira.

Figura 8 – Exemplos de problemas retirados de livros de matemática da editora FTD do início do século XX

720. Meu pae paga 820\$ de aluguel por trimestre ; quanto paga por anno e por mez?

721. Meu pae ganha 1:236\$ por trimestre ; quanto ganha por anno e por mez?

722. Um operario ganha 1:734\$ por semestre ; quanto ganha por mez e por anno?

730. Devo receber 12:854\$ em quatro prestações ; a 1^a é de 2:748\$; a 2^a, de 4:893\$ e a 3^a, de 3:126\$; qual será a quarta?

731. Uma roda de bicycleta tem 3 metros de circumferencia ; quantas voltas dará para percorrer 396 metros?



115a. A distancia de Rio a São Paulo é de 498 km. ; de São Paulo á Barra do Pirahy, ha 390 km. ; da Barra do Pirahy a Taubaté, ha 234 km. A que distancia do Rio fica o viajante que percorreu o itinerario Rio—São Paulo—Barra do Pirahy—Taubaté? *+342*

116a. De Santos a Ribeirão Preto, ha 498 km. ; de Ribeirão Preto a Campinas, ha 314 km. ; de Campinas a São Paulo, ha 105 km. A que distancia fica de São Paulo um viajante que percorreu o itinerario Santos—Ribeirão Preto—Campinas—São Paulo? *+79*

117a. Um viajante percorreu o itinerario Rio-Itararé-São Paulo-Ponta Grossa-União da Victoria-Santa Maria-Porto Alegre-Marcellino Ramos. A que distancia fica do Rio, sabendo que ha 932 km. do Rio a Itararé, 434 km. de Itararé a São Paulo, 687 km. de São Paulo a Ponta Grossa, 263 km. de Ponta Grossa a União da Victoria, 905 km. de União a Santa Maria, 389 km. de Santa Maria a Porto Alegre e 925 km. de Porto Alegre a Marcellino Ramos?

Fonte: Exercícios de calculo com problemas sobre as operações fundamenteaes de 1916, Álgebra Elementar de 1925 e Geometria Elementar de 1930.

A importância dos exercícios nos livros de matemática já era mostrada por autores de livros de matemática desde muitos séculos. Em 1564, Pedro Nunes, por exemplo, importante autor português de livros de matemática, no prefácio de sua obra *Livro de Álgebra em Aritmética e Geometria*, apresentava alguns preceitos para um bom livro didático: utilidade, facilidade, economia de tempo, clareza suficiente que dispensasse o auxílio do mestre e, como parte mais importante do livro, numerosos e variados exercícios para o leitor praticar.

Entretanto, como nos alerta Silva (2000, p. 157), esses exercícios naqueles séculos tinham o objetivo de treinar o raciocínio lógico e não de utilidade prática. Seria apenas *a partir da metade do século XIX que os exercícios numéricos e as aplicações práticas começaram a fazer parte das obras.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a importância da editora FTD no cenário editorial do início do século XX, em especial de 1902 a 1930, exigiu um aprofundamento de estudo sobre a Congregação Marista. Essa importante Congregação, que se estabeleceu no Brasil e tentou, assim como havia ocorrido na França, manter a hegemonia da Igreja Católica na educação, dentro de um contexto político de separação entre Igreja e Estado no Brasil desse início de século.

Dentro desse contexto percebe-se que a tutela da Igreja não desapareceu com a simples separação do Estado. Livros escolares modelados pelos princípios católicos continuaram a permear o cotidiano das escolas públicas e formavam-se jovens em número crescente nas escolas privadas confessionais protegidas e subvencionadas pelo poder governamental.

Assim, ao estudar a história dos livros didáticos, como o fizemos neste trabalho, observamos que o livro didático e suas características materiais, discursivas e estruturais decorreram, fundamentalmente, do complexo inter-relacionamento de pelo menos três grandes conjuntos de condições de fatores: de ordem econômica e tecnológica, de ordem educacional e pedagógica e de ordem social e política.

A editora FTD estabeleceu-se no Brasil dentro de um contexto de dificuldades de ordem econômica e ausência de políticas industriais que impediam o desenvolvimento de uma produção verdadeiramente nacional do livro escolar. Ao lado das questões econômicas, razões culturais e ideológicas fomentaram o intercâmbio com a produção francesa que se constituiu no padrão dominante para os livros didáticos brasileiros durante o século XIX e início do século XX.

A editora FTD, assim como outras editoras do início do século XX, representaram um marco no crescimento editorial do mercado de didáticos. A editora se encaixa perfeitamente nos modelos editoriais do período: impressões e modelos europeus, especificamente franceses, autorizações para sua publicação, autores estrangeiros, neste caso Irmãos da própria Congregação Marista, tradução ou adaptações de obras estrangeiras como a tradução da coleção FTD encontrada na França e busca pelo lucro, atraída pelo

crescimento do mercado de didáticos provocado por essas expressivas mudanças no cenário político, econômico e social no Brasil no início do século passado.

Apesar das características comuns às casas editoriais do período, os livros da FTD adotavam algumas práticas raras que os diferenciavam das demais editoras: para cada título publicado, havia um livro do aluno e um livro do professor. Além disso, seus livros eram repletos de exercícios e seus títulos apresentavam conteúdos muito além dos exigidos pelos programas oficiais brasileiros e adaptando seus títulos franceses à realidade brasileira.

Este trabalho mostrou que a coleção de matemática aqui estudada seguia o modelo educacional que Marcelino Champagnat havia descrito em seu livro Guia de Escolas para os irmãos da congregação e seguindo o método intuitivo que a Igreja católica defendia. Os livros eram escritos de forma concisa, com problemas graduados que refletiam a realidade dos alunos apresentando figuras que facilitassem a compreensão do enunciado.

Por intermédio dos livros didáticos analisados pode-se identificar as principais características da editora FTD durante o seu nascimento no Brasil. Os livros didáticos da FTD desde o início do século XX foram utilizados nas próprias escolas da congregação, em escolas particulares católicas e ao que parece também em escolas públicas. A editora FTD representou uma grande contribuição do setor católico para a literatura escolar, tendo papel importante para o desenvolvimento do mercado de livros didáticos bem como para seu aperfeiçoamento pedagógico.

Os livros didáticos de matemática editorados pela FTD apresentavam algumas características fundamentais, chamadas pelos Maristas de “Método FTD”, tais como: o livro para uso dos alunos; uma quantidade abundante de exercícios; livros que procuravam atender os diferentes graus de ensino; utilização dos programas em vigor para a construção de seus textos; livros indicados por faixa etária; livros onde havia graduação de exercícios e ainda para cada livro do aluno existia também um livro do professor.

Estas características mostram que a FTD, em relação a outras editoras do mesmo período, teria servido de exemplo para a construção de novos didáticos de matemática, alguns deles já se utilizando de gráficos, figuras e apresentação de problemas.

Não se deve esquecer que o processo de construção desse método no Brasil não foi tarefa fácil, tendo se concretizado apenas a partir da década de 10 do século XX quando as

escolas da congregação avançaram pelo território brasileiro. Antes desse período, os maristas encontraram muitas dificuldades devido a vários fatores como: diferenças culturais, falta de infra-estrutura e principalmente a não fluência da língua portuguesa. Estas dificuldades e sua superação contribuiram para que os livros da coleção fossem forçosamente adaptados à cultura brasileira, apresentam figuras que condiziam com a realidade da cultura brasileira e não com a realidade francesa.

Durante o período de estudo deste trabalho (1902-1930) pode-se distinguir cinco coleções de didáticos de matemática: Coleção de Livros Clássicos FTD, Nova Coleção de Livros Clássicos FTD, Coleção FTD, Coleção de Livros Didáticos FTD e Nova Coleção de Livros Didáticos FTD, mas que apesar de receberem nomes diferentes muitas vezes se confundem ou tratava-se da mesma coleção sendo apresentadas apenas com algumas mudanças de nomes e devido, principalmente, às novas regras de ortografia ou mudanças nos programas.

Todas as cinco coleções apresentavam a matemática dividida em Cálculo; Aritmética com o curso preparatório, elementar, secundário e superior; Geometria com o curso elementar, médio e superior; Álgebra com o curso elementar, médio e superior e Trigonometria com o curso elementar. Todos esses títulos apresentavam o conteúdo de forma bastante acadêmica com definições, corolários, teoremas e demonstrações. Estas diferentes coleções parecem ter servido muito mais para apresentar os novos títulos adequando-os às mudanças de programa ou mesmo de seriação do que propriamente de inserção de novos livros.

A editora FTD se consolidou no Brasil justamente num período de crescimento do mercado editorial de didáticos, que acabou por transformá-lo em uma mercadoria do capitalismo de mercado, mas subordinado às regras do Estado para sua elaboração. Este modelo parece ter sido bem sucedido, pois o poder educacional vigente continua a utilizá-lo até hoje e confirma as pesquisas que destacam seu importante papel na reprodução do conhecimento.

Ressalta-se que o livro didático assumiu e assume grande importância, juntamente com outros materiais pedagógicos, na construção do saber escolar, muitas vezes servindo de única fonte de informação para àqueles que o possuem. O uso de manuais escolares

pode ser múltiplo, pode instigar a produção de conhecimento e, principalmente, ao se estudar a história do livro didático verifica-se que ele pode sofrer mutações qualitativas.

O processo editorial dos livros didáticos da FTD, do início do século XX, nos mostrou como a congregação marista, de origem francesa, avançou no mercado de livros didáticos brasileiros, tendo neles princípios educacionais ligados a Igreja e ideologias transmitidas por Marcelino Champagnat, que os maristas seguiram durante pelo menos 30 décadas na elaboração de seus livros, estando sempre de acordo com os princípios do cristianismo.

Foi também, durante o século XX, que muitas editoras brasileiras se consolidaram e fizeram da indústria do livro didático fonte de lucro, sendo o Estado o grande controlador e comprador desse tipo de material. É evidente que o livro didático, pelo seu caráter de mercadoria tem sido, por vezes, objeto bem mais de preocupações lucrativas do que pedagógicas. Contudo, esta relação de prevalência da lógica capitalista de mercado pode não ser necessariamente inevitável. Cabe aos educadores controlar e inverter esse processo fazendo com que o livro didático seja capaz de manter e exercer sempre sua função pedagógica principal que é auxiliar os alunos em seu processo de crescimento cultural e crítico.

Hoje, os livros didáticos circulam aos milhões diariamente pelas mãos de professores e alunos. Editoras divulgam novos títulos e reeditam os mais vendidos, dando ao livro didático proeminência na indústria cultural. O livro escolar é o produto de maior vendagem no quadro atual das editoras nacionais. Devido a este caráter mercantilista, o livro didático permanece como um assunto polêmico entre professores, alunos e pesquisadores dos problemas educacionais e mostra a importância de se estudar e aprofundar as pesquisas nesse campo.

Referências Bibliográficas

Adorátor, Irmão, F.M.S. Vinte Anos de Brasil. Tradução de Virgílio Josué Balestro, Irmão. Curitiba: edição do autor, 2005.

_____. Vingt Ans de Bresil 1897-1917. Fondation et developpemente de la Province du Brésil Central. Mendes, 1916.

Almeida, José Ricardo Pires de. História da Instrução pública no Brasil (1500 a 1889). Tradução: Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/ MEC, 1989.

Alves, M. A escola católica, uma história de serviço ao povo e à nação brasileira. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 3, n.7, p. 37-62, set. /dez. 2002.

Azzi, Riolando. História da Educação católica no Brasil: contribuição dos irmãos maristas. São Paulo: Simar. 1996. v. I e II

Batista, A.A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: Abreu, M. (org.) Leitura, história e história da leitura. São Paulo: Fapesp, 1999, p. 529-575.

Beltrame, J. Os programas de ensino de matemática do Colégio Pedro II: 1837 – 1932. Rio de Janeiro: PUC, 2000.

Bittencourt, Fernandes M.C., Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. São Paulo: USP, 1993.

_____. Autores de compêndios e livros de leitura. In: Educação e Pesquisa revista da faculdade de educação da USP. São Paulo, v.30, n.3, 190p. Set/dez 2004.

_____. Em Foco: História, Produção e Memória do Livro Didático Educ. Pesqui. vol.30 no. 3 São Paulo Sept./Dec. 2004.

Bonetto, Giacomo A. A construção da representação gráfica e o seu papel no ensino das funções: uma visão histórica. Campinas: Unicamp, 1999.

Chartier, Anne-Marie. Práticas de leitura e escrita: história e atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Chartier, R. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Agir, 1970.

_____. A ordem dos livros. Lisboa: Passagens, 1997.

_____. As utilizações do objeto impresso. Algés: Portugal: Difel, 1998.

_____. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Choppin, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: Educação e pesquisa. São Paulo, v.30, n.3, p. 549 566, set/dez 2004.

_____. Las políticas de libros escolares en el mundo: perspectiva comparativa e histórica. In: PÉREZ SILLER, J.; RADKAU GARCÍA, V. (Cords.). Identidad en el imaginario nacional: reescritura y enseñanza de la historia. México: Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma de Puebla/El Colegio de San Luis y Georg Eckert Institut. 1998. P. 169-180.

_____. O historiador e o livro escolar. Revista História da Educação. Pelotas: Editora da UFPel, 2002. p. 5-24.

Corbellini, M. Ir. A sociedade das escolas cristãs nas origens. Rio Grande do Sul: Unisinos, 1995.

Cotta, Gildo. Princípios Educativos de Marcelino Champagnat. São Paulo: FTD, 1996.

Escolano, Augustin. História Ilustrada Del libro escolar em España, Del Antiguo Régimen a la Segunda República. Madrid: Fundacion German Sanchezz Ruiperez, 1997.

Fernandes, R. e Felgueiras, M. L. Opções pedagógicas e seleção de manuais escolares na região do porto (Sécs. XIX – XX). In: Menezes, M. C. (orgs.) Educação, memória, história: possibilidades, leituras. São Paulo: FAPESP.

Ghiraldelli, P. Jr. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.

Hallewell, L. O Livro no Brasil: Sua história [trad. De Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo de Souza], 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Hilsdorf, M. L. S. O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Koshiyama, A. M. Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor. São Paulo: Edusp: Com-arte, 2006. (Coleção Memória editorial, 4).

Larroyo, F. História geral da pedagogia. São Paulo: Mestre Jou, 1974. Tomos I e II.

Lima, L.O. Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho, 2ª ed. Ed. Brasília.

Maciel, F. I. P. Livraria Francisco Alves em Minas Gerais. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Realização FCRB – UFF/PPGCOM – UFF/LIHED. 8 a 11 de novembro de 2004. Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil.

Megale, L. FTD 100 anos fazendo o amanhã. São Paulo: FTD, 2003.

Miorim, M.A. As propostas modernizadoras e os livros didáticos de matemática brasileiros nas décadas de 1960 a 1970. Artigo enviado para os Anais VIII ENEM – Julho de 2004 – Recife.

_____. Introdução à história da Educação Matemática. São Paulo: Atual, 1998.

Nascimento, Maria I. M.... [et al], (orgs.). Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

Paixão, Fernando (Org.). Momentos do Livro no Brasil. São Paulo: Ática, 1998.

Piletti, N. História da Educação no Brasil. São Paulo: Ática, 1990.

Pfromm, S., Rosamilha, N., Zaki, C. O livro na educação. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

Prata, M. A. Mestres, Santos e Pecadores: educação, religião e ideologia na Primeira república brasileira. São Carlos: RiMa, 2002.

Razzini, M. de P. A Livraria Francisco Alves e a Expansão da Escola Pública em São Paulo. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Realização FCRB – UFF/PPGCOM – UFF/LIHED. 8 a 11 de novembro de 2004. Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil.

Riboulet, L. História da Pedagogia. São Paulo: Francisco Alves, 1951.

Santos, Maria Lygia Cardoso Kopke. Entre louças, pianos, livros e impressos: a Casa Livro Azul: 1876-1958. Campinas, 2004.

Schubring, G. Análise histórica de livros de matemática: notas de aula. Campinas: Autores associados, 2003.

Silva, C. M. S. da. O livro didático de Matemática no Brasil do século XIX. In: Fossa, John A. (org.). Facetas do diamante: ensaios sobre educação matemática e história da matemática. Rio Claro: SBHMat, 2000, p.109-162.

Valdemarin, V. T. Estudando as Lições de Coisas. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Valente, Rodrigues W., Uma história da Matemática Escolar no Brasil (1730-1930). São Paulo: USP 1997.

_____. W. Positivismo e matemática escolar dos livros didáticos no advento da República. Cad. Pesquisa nº 109. São Paulo Mar. 2000.

Vechia, A. e Lorenz, K. M. (orgs.) Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850 – 1951. Curitiba: Ed. do autor, 1998.

Livros Didáticos

Geometria elementar conforme os programmas completos do gymnasio nacional e das escolas secundarias. Curso Superior. Nova Coleção de Livros Clássicos por FTD. São Paulo, 1908.

Complementos de Álgebra para uso dos alumnos do 4º anno dos Gymansios. Por FTD. São Paulo, 1909.

Complementos de Álgebra para uso dos alumnos do 4º anno dos Gymansios. Por FTD. Parte do mestre. Solução explicada dos exercícios da parte do alumno. São Paulo, 1909.

Trigonometria Elementar segundo o programma do Gymnasio Nacional, seguida de noções de trigonometria espherica. 2ª edição. São Paulo, 1909.

Geometria Elementar com noções de agrimensura e de nivelamento, segundo os programmas officiaes. Nova edição. Collecção FTD. São Paulo, 1910.

Elementos de Arithmetica. Curso primário. Nova Edição. Por FTD. São Paulo, 1910.

Elementos de Arithmetica para uso dos alumnos do curso secundario, correspondente ao programma do Gymnasio Nacional das Escolas Normaes, etc. Terceira edição. 1913.

Elementos de Arithmetica. Curso Superior, programma de admissão a todas as escolas superiores. Por uma reunião de professores, 1915.

Exercícios de Calculo com Problemas sobre as operações fundamentai para uso das aulas elementares. Por FTD. 6ª edição. 1916.

Elementos de Arithmetica, seguido de noções de morphologia geométrica, programma de admissão ao 1º anno do Gymnasio Nacional. Curso Primário. Quinta edição, 1918.

Geometria Elementar com noções de agrimensura e de nivelamento, segundo os programmas officiaes. Curso Medio. Collecção FTD. Terceira edição, 1920.

Elementos de Arithmetica, para uso dos alumnos do curso secundário correspondente ao programma do gymnasio nacional das escolas normaes, etc. Nova Coleção de Livros Clássicos por FTD. Quinta edição. São Paulo, 1922.

Elementos de Arithmetica para uso dos alumnos do curso secundario, correspondente ao Programma do Collegio D. Pedro II, das Escolas normaes, etc. Nova Coleção de Livros Didacticos Por FTD. São Paulo, 1922.

Algebra Elementar, para uso das escolas primarias e secundarias segundo os programmas do gymnasio nacional das escolas normaes, etc. Curso Médio. Coleção FTD. São Paulo, 1923.

Elementos de Arithmética, programma de admissão a todas as escolas superiores. Curso Superior. Nova edição, 1923.

Noções de Algebra curso elementar, 1ª e 2ª série do Colégio Pedro II. Coleção FTD. São Paulo, 1924.

Geometria Elementar segundo os programas a todas as escolas superiores. Curso Superior. Por uma Reunião de Professores. Coleção FTD. São Paulo, 1924.

Geometria Elementar segundo os programas a todas as escolas superiores. Curso Superior. Por uma Reunião de Professores. 3ª edição. São Paulo, 1924.

Elementos de Aritmética. Curso Preparatório. Coleção de Livros Didáticos FTD. Por Irmão Isidoro Dumont. São Paulo, 1924.

Primeiro Livrinho de Calculo. São Paulo, 1924.

Pontos de Filosofia segundo os programas oficiais. Tomo II: Lógica. Nova Coleção de Livros Didáticos por FTD. São Paulo, 1924.

Algebra Elementar para uso das escolas primárias e secundárias segundo os programmas do Collégio Pedro II das Escolas Normais, etc. Curso Medio. Collecção FTD. São Paulo, 1925.

Geometria Elementar, com noções de agrimensura e de nivelamento segundo os programas oficiais. Curso Médio. Coleção FTD. São Paulo, 1925.

Geometria elementar. Curso médio. Coleção de Livros Didáticos FTD. Por Irmão Isidoro Dumont São Paulo, 1925.

Algebra Elementar par uso das escolas primarias e secundarias segundo os programmas do Gymanasio Nacional das Escolas Normaes, etc. Curso Medio. Collecção FTD. São Paulo, 1925/ 1926.

Elementos de Arithmetica seguido de noções de morphologia geométrica, programma de admissão ao 1º anno do Collegio Pedro II. Curso primário. Nova edição. São Paulo, 1927.

Trigonometria Elementar programma do Collegio Pedro II seguido de noções de trigonometria espherica. Por Irº Isidoro Dumont. São Paulo, 1928.

Trigonometria Elementar Programma do Collegio Pedro II seguido de noções de trigonometria espherica. Por FTD. São Paulo, 1928.

Geometria curso elementar, programa do 2º ano seriado do Colégio Pedro II. Por FTD. São Paulo, 1930. Impressão brasileira

Geometria curso elementar, programma do 2º anno seriado do Collegio Pedro II. Por FTD. São Paulo, 1930. Impressão francesa.

Pontos de Álgebra programa completo da 5ª série ginásial. Por FTD. São Paulo, 1933.

Trigonometria Elementar. Parte do Mestre, soluções dos problemas da parte do aluno. Coleção FTD. São Paulo, 1933.

Noções de Perspectiva Exacta, para uso dos alumnos das escolas secundárias e admissão ás escolas superiores e militares. Collecção FTD. São Paulo, 1936.

Elementos de Aritmética. Curso Superior, programa de admissão a todas as escolas superiores. Por uma reunião de professores. São Paulo, 1937.

Geometria Elementar, segundo os programas de admissão a tôdas as Escolas Superiores. Curso Superior. Parte do Mestre. Coleção de Livros Didáticos FTD. São Paulo, 1941.

Álgebra Elementar para uso dos colégios, ginásios e aspirantes a tôdas as escolas superiores. Curso Superior. Parte do Mestre. Coleção de Livros Didáticos FTD. São Paulo, 1941.

Álgebra Elementar para as escolas normais, profissionais, de comércio, técnicas, etc. Curso Médio. Coleção de Livros Didáticos FTD. Por Irmão Isidoro Dumont, revisão de Orestes de Aguiar. São Paulo, 1947.

Exercícios de Trigonometria, chave dos exercícios propostos no livro de trigonometria plana e esférica, para o curso colegial e admissão às escolas superiores. Parte do Mestre. Por Irmão Isidoro Pedro. Coleção de Livros Didáticos FTD. São Paulo, 1948.

Geometria Elementar segundo os programas de admissão às escolas superiores. Curso Superior. Coleção de Livros Didaticos – FTD. Por Irmão Isidoro Dumont. 19_?

Exercícios ou Problemas sobre as quatro operações, para uso das aulas elementares. Nova coleção FTD, 19_?

Soluções e Repostas dos Exercícios e Problemas contidos no livro Elementos de Arithmetica, para uso dos alumnos do curso elementar, segundo os programmas do Gymanasio Nacional, das Escolas Normaes, etc. Por FTD. 19_?.